

ATA N.º 06/2023

----- Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 15 de dezembro de 2023-----

----- Aos 15 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1** - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

----- **2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Feira Gastronómica do Arroz do Baixo Mondego;-----

----- **3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de alargamento do cemitério de Ourentã;-----

----- **4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação do Estaleiro;-----

----- **5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Realização de obras na Rua do Palhal e na Rua das Carvalhosas no Corticeiro de Cima, Frente Louro e Barata e Rua da Amizade em Vilamar;-----

----- **6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento para 2024 do Subsídio atribuído à Freguesia de Febres para a Construção do “Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres”;-----

----- **7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / setembro a outubro 2023;-----

- **8** - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2023 pela Câmara Municipal de Cantanhede;-----
- **9** - Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2024 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede para 2025-2028;---
- **10** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2024;-----
- **11** - Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação de competências para o ano de 2024 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;-----
- **12** - Rescisão do Protocolo de Cedência e Utilização da EB1 da Camarneira celebrado entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Covões e Camarneira e o Clube Desportivo da Camarneira / Para conhecimento;-----
- **13** - Procedimentos desenvolvidos no âmbito das alterações aos órgãos sociais da INOVA, para conhecimento / Apreciação, discussão e votação das alterações ao Estatuto Remuneratório dos Administradores da INOVA, E.M. – S.A.;-----
- **14** - Apreciação, discussão e votação da atualização dos honorários do Revisor Oficial de Contas da INOVA, E.M.-S.A., reportados aos anos de 2022 e 2023, bem como a sua fixação para o ano de 2024;-----
- **15** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Transportes Urbanos de Cantanhede;-----
- **16** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de

Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Limpeza urbana;-----

----- **17** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----

----- **18** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha, relativo à Praia da Tocha para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023;-----

----- **19** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã, relativo à Praia Fluvial de Ançã para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023;-----

----- **20** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Anos de 2024/2025 / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença;---

----- **21** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2024;-----

----- **22** - Relatório / Acordo de Colaboração celebrado com as Freguesias do Concelho em 2023 / Espaços Verdes / Para conhecimento;-----

----- **23** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes - 2024;-----

----- **24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a Concessão da Exploração do Apoio de Praia Simples, na UB04, da Praia da Tocha;-----

----- **25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);-----

----- **26** - Apreciação, discussão e votação da composição do Júri do Procedimento Concursal para o cargo de dirigente / Chefe de Divisão Financeira;-----

----- **27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor António Poiares Baptista;-----

----- **28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Norberto Pessoa Silva Laranjeiro.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo informado que falta a Sr.^a Amélia Filomena de Oliveira Castilho, por motivo profissionais, sendo substituída pela Sr.^a Maria Teresa de Jesus Almeida, o Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, por motivos pessoais, sendo substituído pelo Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, sendo substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Sr.^a Gisela Maria Vaz Parreiral.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2023, da sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2023.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, nem qualquer pedido de

alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 4/2023, de 27 de setembro de 2023, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 28 de setembro de 2023 a 15 de dezembro de 2023, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida informando que, a pedido da Sr.ª Presidente de Câmara, Helena Teodósio, está presente na sessão o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, Dr. Alexandre Carvalho, que se disponibilizou para vir informar e esclarecer a Assembleia Municipal sobre a proposta existente para os cuidados de saúde previstos para o concelho de Cantanhede. Agradeceu em nome da Assembleia Municipal a sua disponibilidade e passou a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara.-----

----- Interveio então a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença do Professor Alexandre Carvalho, Presidente do Conselho de Administração dos CHUC. Informou, de seguida, que o mesmo não iria falar sobre a Delegação de Competências, embora o que está em causa tenha ligação com essa mesma decisão e com as intenções de todos os presentes e todas as deliberações que foram tomadas na Assembleia e pelo Executivo. Referiu, de seguida que, desde a primeira reunião na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e posteriormente, na reunião no ACES e também na Câmara, com a Sr.ª Vereadora da área da saúde, Célia Simões, foram analisadas exaustivamente várias situações que se passam em Cantanhede. Acrescentou que, como todos sabem, está programada uma ULS para entrar em funcionamento no dia 1 de janeiro, cujo Presidente vai ser exatamente o Sr. Professor

Alexandre Carvalho, pelo que tudo o que tiver a ver com a área da saúde, não só a questão das competências, como a questão dos Hospitais, dos Centros de Saúde ou das USF, vai ficar interligado. Agradecendo novamente pela forma disponível e muito proativa que sempre manifestou em todas as reuniões nas quais esteve, deu a palavra ao Sr. Professor Alexandre Carvalho.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Professor Alexandre Carvalho, o qual após cumprimentar todos os presentes, referiu que iria destacar a reforma que está a desenrolar-se no Serviço Nacional de Saúde, e particularmente, o impacto que terá para o Município de Cantanhede, uma vez que, para além dos cuidados de saúde primários, aquela reforma e a constituição da ULS/Coimbra vai também ter um impacto na oferta de cuidados hospitalares no Município, nomeadamente, por duas instituições de referência, o Hospital de Cantanhede e o Centro Reabilitação Rovisco Pais. Referiu ainda que, aquela reforma em curso será desenvolvida ao longo do próximo ano, mas nos últimos 2 meses, têm trabalhado no processo de integração e no desenvolvimento do plano organizacional, devendo existir empenho da parte do Conselho de Administração daquela nova unidade, em colaboração com a Comunidade Intermunicipal e os vários Municípios que integram aquela ULS, e particularmente, com o Município de Cantanhede. Acrescentou ter aceitado, de imediato, o convite da Sr.^a Presidente da Câmara, para estar presente na sessão, porque é um trabalho que deve ser feito em diálogo e o próprio planeamento estratégico da unidade deve, e vai ser feita também, com a total participação de todos os utilizadores e beneficiários da Unidade Local de Saúde. Acrescentou ainda que, a partir de janeiro, será lançado um processo de Desenvolvimento do Plano Estratégico daquela ULS, com um planeamento estratégico de 5 a 10 anos, desejando a maior participação possível, também da Assembleia Municipal e do Município de

Cantanhede, no sentido de se discutir como desenvolver melhor as respostas. Referiu que, a perceção existente sobre como está organizado hoje o sistema de saúde, é que, em muitos aspetos, não responde às necessidades da população, sendo de tal forma rígido que não consegue responder às necessidades individuais de cada cidadão, porque na verdade, foi desenvolvido essencialmente para o trauma, para as doenças infecciosas, quando grande parte dos problemas hoje existentes na população, são problemas de saúde mais relacionados com doenças crónicas e com multipatologia e não com situações em que um antibiótico resolva de imediato, ou que alguém entre no Hospital e saia dele curado. Esclareceu que, a forma como se vive na sociedade mudou muito nos últimos 30, 40 anos, pois hoje praticamente todos nascem em hospitais e acabam por falecer também em hospitais, por isso, o sistema de saúde não se soube adaptar as novas circunstâncias, às novas necessidades e às novas realidades sociológicas. Analisando de perto o sistema de saúde, percebe-se que existem grandes dificuldades de comunicação entre os vários atores do sistema de saúde, sendo a verdade que, se alguém for hoje a um médico de família e depois tiver uma consulta num hospital, a comunicação praticamente não existe entre as duas partes, os próprios dados clínicos, análises clínicas, as imagens não são conhecidas e não são partilhadas, redundando num conjunto de erros, na prática de má qualidade na prestação de cuidados e na duplicação de esforços e desperdício de meios. Reconhecendo aquelas dificuldades do sistema, referiu que devem-se encontrar soluções para que a forma como cada um vive o sistema de saúde seja o mais ágil possível, sendo nessa lógica que, particularmente na região de Coimbra, onde existe um envelhecimento da população muito acentuado e onde a doença crónica também é bastante acentuada, deve-se encontrar formas de prestar cuidados mais adequadas e mais centrados nas necessidades da população. Referiu ainda que, nessa lógica,

entra um conceito que cada vez mais se começa a abraçar, que são os cuidados de elevado valor, significando na prática, prestar os melhores cuidados possíveis, utilizando da melhor forma os recursos existentes, e focando-se em alcançar os melhores resultados para cada doente. Esclareceu que, a forma como geralmente os cuidados estão organizados até ao momento, é um modelo de cuidados que se pode chamar convencional que tem, em muitos aspetos, um grande foco sobre o volume de cuidados prestados, sobre número de recursos disponíveis, e não propriamente os resultados que se pretendem alcançar para as organizações e para a população. Acrescentou que, as Unidades Locais de Saúde, vêm essencialmente focar-se em prestar cuidados mais integrados que se focam em cada pessoa, que sejam mais colaborativos, que se foquem nos resultados a alcançar para a população e na qualidade desses mesmos resultados, na prática, que seja um sistema de saúde que centrado em função de cada pessoa e, não tanto, um sistema de saúde em que o doente tem que procurar os cuidados que necessita, passando assim pela reorganização dos hospitais e dos cuidados de saúde primários na lógica em que os cuidados devem estar centrados nas pessoas. Acreditando-se claramente que os cuidados integrados, numa Unidade Local de Saúde, vão permitir inovar na forma de prestar cuidados, com a particularidade de se trabalhar mais com outros atores que de certa forma estavam afastados da prestação e da organização de cuidados, como por exemplo, os Municípios, começando a ter uma abordagem muito mais integrada com o poder local. Recordou que, nas Unidades Locais de Saúde existe um membro do Conselho de Administração que é indicado pelos Municípios da Unidade Local de Saúde, não tendo só um aspeto simbólico, porque a própria Unidade Local de Saúde é obrigada a trabalhar com os Municípios para encontrar a melhor forma de prestar cuidados, nomeadamente, em aspetos que muitas vezes são negligenciados, como

os aspetos relacionados com a prevenção ou encontrar respostas que se adequem a cada território. Referiu ser evidente que prestar cuidados de saúde em Coimbra, certamente é diferente de prestar cuidados de saúde em Ançã ou em Góis, sendo essa necessidade de se desenhar em conjunto respostas que se adequem a cada população específica é muito relevante. De seguida, deu um exemplo do que está a ser desenhado para o todo nacional e da forma como pode ser transportado para a realidade dos concelhos que constituem a Unidade Local de Saúde e, particularmente, no Município de Cantanhede, informando que foi anunciado no dia anterior à presente sessão o lançamento de um documento em discussão pública sobre a resposta à doença aguda do Serviço Nacional de Saúde, que tem vários pontos relevantes, um dos quais é que, o ponto primário de acesso para a resposta à doença aguda não urgente, casos cuja melhor resposta será sempre prestada ao nível do 112 seguida de uma urgência polivalente. Esclareceu que, no caso de doença aguda não urgente, o primeiro ponto que deve existir passa pela Linha Saúde 24, que cada vez mais, é uma linha mais qualificada, deixando de ser só uma linha telefónica, podendo começar a ter outro tipo de respostas, nomeadamente, até também por mensagem de texto e outro tipo de soluções multicanal. Esclareceu ainda que, idealmente, a Linha de Saúde 24 agenda respostas nas Unidades de Saúde Familiar que são obrigadas a ter diariamente períodos de tempo de consulta para a resposta à doença aguda, porque na Portaria aprovada recentemente que regula as Unidades de Saúde Familiar, dá-se mais ênfase à obrigatoriedade das Unidades de Saúde Familiares terem tempo e período de resposta à doença aguda, mesmo que o médico de família do utente não esteja disponível, devendo existir sempre a possibilidade de inter-substituição pelo menos em 3 tempos do dia, mas também a possibilidade de ter carteiras adicionais de serviço naquelas Unidades de Saúde Familiar que atendam os doentes de acordo

com a necessidade, evidentemente de cada região, nos dias úteis entre as 18h e as 20h ou entre as 18h e as 22 horas de acordo com a procura de cuidados e aos fins de semana para dar resposta às necessidades da população em proximidade. Acrescentou ainda que, para responder àquelas necessidades da doença aguda, existe uma necessidade que até já existia, mas sem resposta, que é a necessidade de dar maior poder de resolutividade aos médicos de família, com apoio enquanto essas consultas abertas estiverem disponíveis, de análises clínicas e de radiologia, ou seja, terem a possibilidade de ter análises clínicas e de radiologia disponíveis no momento e não de uma forma deferida, como tem existido até ao momento. Concluiu que a resposta que vai ser definida é a possibilidade de apostar neste tipo de respostas em alguns pontos no país e em alguns pontos na ULS de Coimbra, nomeadamente, no Município de Cantanhede, onde existe um conjunto de resposta que transcende até o Município de Cantanhede e que, em proximidade, também sirva outros concelhos da região, pelo menos concelhos limítrofes, como por exemplo o Município de Mira ou da Mealhada, também com uma capacidade de responder a nível dos cuidados de saúde primários ao fim de semana e em horário alargado até às 22h00 durante os dias da semana, no caso específico de Cantanhede, com o hospital a dar apoio em permanência em termos de análises clínicas e radiologia nos momentos em que as consultas estiverem abertas. Informou ainda que, a novidade neste modelo, é a criação de hospitais de dia e de clínicas ambulatoriais em proximidade e que funcionarão nos dias úteis, como uma resposta inovadora e nova. Acrescentou que os hospitais, como o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, vai começar a desenvolver clínicas especializadas para algumas patologias, particularmente doenças crónicas, com a possibilidade de consulta aberta para agudização de algumas condições crónicas, evitando que as pessoas se dirijam aos

serviços de urgência. Como exemplo, referiu que um doente com diabetes que tem uma agudização da sua doença, algum doente com insuficiência cardíaca, algum doente com doença pulmonar obstrutiva crónica, ao invés de se dirigir a um serviço de urgência, é imediatamente encaminhado pelo seu médico de família, pela Linha SNS 24 ou pelo próprio pé para este tipo de clínicas que funcionarão sempre durante os dias úteis e, se necessário, em horário alargado. Acrescentou que, para além destes serviços que existirão sempre nos hospitais de cuidados secundários e terciários, existirá a capacidade de descentralizar esses hospitais de dia, nomeadamente, no hospital de Cantanhede, que ficará com capacidade de resposta descentralizada de um hospital de dia que dará resposta a uma franja da população muito alargada e de responder a essas situações de agudização de uma forma integrada, com profissionais hospitalares, médicos, enfermeiros e outros profissionais, que possam dar uma resposta mais integrada em total articulação com as clínicas também de ambulatório, que irão existir de forma mais centralizada. Salientou ainda que, este modelo está disposto na Portaria que foi colocada em discussão pública, sendo que os doentes que se dirijam a uma urgência hospitalar como à dos hospitais da Universidade de Coimbra, ou mesmo do Hospital Pediátrico, ou outras, que não sejam classificados como doentes urgentes, serão reencaminhados de imediato para respostas não urgentes, nos hospitais de dia para os médicos de família, no próprio dia ou em 24 horas, não sendo atendidos naqueles hospitais ou nos serviços de urgência hospitalar. Referiu ser evidente que este tipo de respostas passa pelo princípio de existir uma cobertura universal de médicos de família ou existirem consultas abertas para doentes que não têm médico de família nas regiões onde se aplicará, sendo os doentes não urgentes, vulgarmente classificados em azuis e verdes, encaminhados através de um agendamento automático de consultas em 24

horas, no próprio dia ou no dia seguinte, para os médicos de família ou para os hospitais de dia de proximidade, mais específicos para doença crónica. Relativamente aos investimentos previstos no plano de desenvolvimento organizacional, no concelho de Cantanhede, a aplicar imediatamente no período de 2024/2026, informou ser de cerca de 3.000.000,00€ no Hospital Arcebispo João Crisóstomo e de 10.000.000,00€ no Centro de Reabilitação Rovisco Pais, representando uma enorme aposta financeira no Centro de Reabilitação Rovisco Pais, e uma melhoria na qualificação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Acrescentou que esses investimentos já estão previstos e aprovados pelo Conselho de Administração, tendo a expectativa de que venham a ser aprovados já pelo Ministério das Finanças, na totalidade de um investimento para o concelho de Cantanhede que ascende 13.000.000,00€, o que é um valor significativo e que vai qualificar a resposta daquelas duas estruturas hospitalares. Informou, de seguida que, aqueles investimentos se traduzem: - No reforço da atividade da consulta externa e de meios complementares de diagnóstico no Hospital Arcebispo João Crisóstomo; - Na criação da Clínica de Ambulatório; - Na aposta na descentralização de consultas e meios complementares de diagnóstico do Hospital de Dia dos CHUC para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo; - No reforço da atividade da cirurgia de ambulatório no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que durante o ano em curso já operou mais de 300 doentes da área de ortopedia, sendo o objetivo continuar a aumentar o número de doentes a serem operados naquele Hospital, em cirurgia de ambulatório, e é aumentar até a descentralização daquelas cirurgias, para outras especialidades, dando prioridade às respostas da população de Cantanhede e de outros concelhos limítrofes; - Na reativação de 7 camas de internamento para a área de medicina interna, aproveitando os recursos físicos existentes e com a necessidade da

contratação de mais enfermeiros e assistentes operacionais para permitir a abertura da unidade de internamento; - No apoio permanente de meios complementares de diagnóstico, raio x e análises clínicas para a consulta aguda a realizar no Centro de Saúde de Cantanhede; - Na área dos cuidados de saúde primários, está em discussão a possibilidade de existir a abertura da consulta aguda de uma forma mais alargada de horários, com a novidade de existir apoio de meios complementares de diagnóstico em permanência, existindo também uma necessidade de reorganização dos horários. Reforçou existir, no âmbito do que apresentou, um conjunto de iniciativas, de programas, a aposta e o compromisso do Conselho de Administração no sentido de ter um reforço do investimento no Município, que ascende a mais de 13.000.000,00€ nos próximos 3 anos, com um reforço grande da resposta de cuidados secundários e uma qualificação da resposta dos cuidados primários do Município, sempre discutindo com o Município o desenho de novas respostas. Deu, de seguida alguns exemplos de algumas áreas que estão a trabalhar: - O desenvolvimento da hospitalização domiciliária, programa já existente em Coimbra e desenhado para que os doentes agudos possam ser internados em casa, pelo que, sempre que existir essa possibilidade também se poderá alargar essa resposta para os munícipes de Cantanhede: A monitorização remota de doentes à distância, particularmente de doentes crónicos; - Um exemplo dos programas de inovação que já estão a desenvolver e que é bastante inovador, é um programa de ecografia remota entre os Hospitais da Universidade de Coimbra e o Centro de Reabilitação Rovisco Pais, por exemplo no âmbito de realizar ecografias à distância, utilizando a redes 5G, possibilitando uma melhor utilização de recursos e a maximização do potencial de inovação que existe dentro daquela estrutura da Unidade Local de Saúde. Finalmente, transmitiu a total abertura do Conselho de Administração no sentido de trabalhar com

o Executivo, com a Assembleia Municipal e com população de Cantanhede, para encontrar melhores soluções para os munícipes de Cantanhede, para se encontrarem as melhores respostas, com análise dos dados e das necessidade.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradecendo ao Professor Alexandre Carvalho e referindo que nada há para decidir, pois apenas ouviram as suas palavras e conheceram o modelo que eventualmente será implementado no futuro. Deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual agradeceu a presença do Dr. Alexandre e os esclarecimentos que veio trazer a todos os presentes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença do Sr. Administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra, e referiu que, quando existia a chamada consulta aberta, ela fazia uma filtragem, e caso fosse diagnosticada uma doença mais aguda, mais pertinente, havia uma ambulância que encaminhava o doente para Coimbra. Em conjugação com o que acabou de perceber, e pelo que ouviu nas notícias da comunicação social, agora as pessoas devem dirigir-se ao CHUC a Coimbra, recebem uma pulseira que lhes dá uma prioridade ou não prioridade, sendo atendidas nas próximas 24 horas, na Figueira, em Montemor ou em outro sítio qualquer, o que acha que não vai resultar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, para além de Membro da Assembleia Municipal é Médica de Medicina Geral e Familiar do concelho e Coordenadora de uma das 5 Unidades de Saúde, pelo que, aproveitando a presença do Professor Alexandre Carvalho, fez algumas observações e colocou algumas questões: - Relativamente à proposta de assegurarem a consulta aberta à semana

----- Continuação da Ata n.º 6/2023 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 15 de dezembro de 2023.-----

das 18h às 22h00, verifica-se que, na maioria das situações, os profissionais iriam realizar um período de trabalho superior a 10 horas, o que viola a Lei Geral do Trabalho que determina que não poderão ser realizados períodos superiores a 10 horas; - Relembrou que os turnos de 12 horas do serviço de urgência é uma legislação especial que não abrange a carreira de Medicina Geral e Familiar, nem na carreira de Enfermeiros e de Assistentes Técnicos; - A Lei Geral do Trabalho também determina que o trabalho suplementar não deve ultrapassar as 2 horas diárias num dia de trabalho normal, pelo que se fosse o caso das 18h às 22h, seriam 4 horas de trabalho extraordinário; - Caso isso viesse a concretizar-se, com a nova reorganização dos horários, também iriam reorganizar a unidade, tendo os médicos de família de sair mais cedo e ficando com menos tempo de consulta nas suas unidades, no seu horário habitual para os utentes, não vendo assim que melhoria poderia trazer para os mesmos; - O Concelho, volta e meia, não tem Assistentes Técnicos, nem tem Médicos, dando como exemplo a USF de Cantanhede, da qual é coordenadora, onde existem 10 equipas de saúde e no momento, apenas estão a trabalhar 5 já a alguns meses, devido a faltas por baixas de gravidez de risco e licenças de maternidade, o que provoca, naturalmente, trabalho extraordinário que já fazem há anos. Afirmou, no entanto, ter gostado muito da proposta que pode melhorar, sem dúvida, a saúde de todos, mas no seu entender, a consulta de agudos e inter-substituição que todas as unidades já estão a reformular horários para fazer um esforço maior para conseguir dar uma melhor resposta, não é impeditiva no sentido de existir também uma consulta aberta, embora não seja fácil serem os profissionais de saúde das unidades de saúde a dar a resposta à consulta aberta. Acrescentou que, os médicos de família não se

importam nada de colaborar naquilo que conseguirem, mas não sabem como o vão conseguimos fazer, porque já têm muito trabalho e que, legalmente, não há grande solução. Recordou, finalmente, que o principal objetivo dos médicos de família, é prevenir a doença e promover a saúde e querem contribuir sempre para que os utentes tenham a melhor resposta, mas não vão conseguir fazer muitos milagres.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, Professor Alexandre Carvalho, referindo que deve haver a consciência de que, dos países desenvolvidos, Portugal é o País que acede mais ao serviço de urgência, e que, ao visitar um serviço de urgência consegue-se perceber que há uma subutilização dos serviços de urgência. Acrescentou que outros países encontraram soluções para a subutilização dos serviços de urgência com modelos como o que apresentou, ou seja, as pessoas que lá se dirigem e que não têm necessidade de um serviço de urgência são avaliados, rastreados por um profissional de saúde e encaminhados para o local certo onde devem ser tratados, não sendo nenhuma novidade no mundo desenvolvido e um modelo que já existe em vários países onde é aplicado. Referiu ainda que existem mesmo países nos quais, uma pessoa sem uma referenciação, por telefone por exemplo, nem sequer pode ir ao serviço de urgência, o que não está previsto na Portaria que está em discussão pública desde a data anterior à presente sessão. Reconheceu, no entanto, que se está a procurar encontrar outros pontos da rede que satisfaçam as necessidades dos doentes, porque, evidentemente, se alguém vai para uma urgência hospitalar é porque não tem outra solução, sendo obrigação do sistema de saúde encontrar essas soluções alternativas. Referiu, de seguida que, os doentes em maior volume e que acedem mais aos serviços de urgência são essencialmente os doentes mais idosos, com doença crónica e com multipatologia cuja resposta pode ser dada com a criação

dos hospitais de dia e das clínicas de ambulatório, para onde aquele tipo de doentes podem ser encaminhados. Na prática, os doentes com diabetes, com multipatologia, com insuficiência cardíaca, ao invés de irem para um serviço de urgência específico e estarem muito tempo à espera de ser atendidos, o que é inevitável, terão um atendimento adequado naquele tipo de clínicas. Informou ainda que, o que é mais necessário e tem sido trabalhado também desde a reforma dos cuidados de saúde primários foi, essencialmente, a preocupação que existiu quando foram criadas as Unidades de Saúde Familiares, de encontrar uma resposta à doença aguda. Acrescentou que, já na carteira de serviço original, existia a capacidade de ter uma resposta à doença aguda em 48 horas, mas após os vários anos que já sucederam à própria reforma dos cuidados de saúde primários, verifica-se que a resposta que até ao momento existe não tem os cuidados de saúde familiar generalizadas no País, até porque cerca de 50% dos profissionais estão organizados em USF e existe uma franja de população que nem sequer tem médico de família. Informou ainda que, uma das soluções que foi apresentada, foi a partir de 1 de janeiro, a criação de USF's modelo B, bastante mais atrativas em termos de modelo organizacional e remuneratório para os profissionais que venham participar nas mesmas, sejam Médicos, Enfermeiros ou Assistentes Técnicos. Como vantagens, referiu que será muito mais fácil atrair médicos para a Medicina Geral e Familiar para aquele novo modelo, que representa, financeiramente, um esforço enorme do Estado, sendo que, a passagem de uma unidade familiar modelo A que passe para modelo B, representa um investimento / ano de cerca de meio milhão de euros, em média, dependendo da dimensão da unidade, esforço que vai ser compensado pela melhor resposta à população. Respondendo às questões da Sr.^a Joana Seabra, informou que outra vantagem existente no modelo ULS, será que a falta de Assistentes Técnicos, Assistentes

Operacionais e outros profissionais que são essenciais à prestação de cuidados porque, evidentemente, um médico sozinho dificilmente vai conseguir prestar cuidados, com as Unidades Locais de Saúde, sendo elas empresas ou pertencentes ao universo do setor empresarial do Estado, existirá a capacidade de se poder substituir essas pessoas através das Bolsas de Recrutamento, reduzindo os constrangimentos que existem atualmente e também que as condições de trabalho dos profissionais também venham a ser muito mais facilitadas. Referiu ainda ser evidente que se devem criar condições para que os médicos tenham boas condições de trabalho, em conjunto com as equipas, pelo que irão procurar, com a transferência de algumas competências para os Municípios que as aceitaram, fazer um trabalho conjunto com os Assistentes Operacionais, com a questão da gestão dos transportes, com a questão das instalações no sentido de permitir que existam melhores condições para os profissionais exercerem as suas funções. Relativamente às questões colocadas pela Joana Seabra, acredita existirem aspetos muito relevantes de discussão, mas não está mandatado para o fazer no momento porque só a partir de 1 de janeiro terá responsabilidade sobre os cuidados de saúde primários. Voltou a referir que há disponibilidade total para dialogar com todas as equipas, com os Enfermeiros, com os Médicos, Assistentes Técnicos, nessa transferência para as unidades, para os modelos da Unidade de Saúde Familiar modelo B, há possibilidade dos alargamentos de horário até funcionarem com as Unidades de Saúde Familiar que ultrapassam até o concelho de Cantanhede e com a colaboração de outras unidades familiares para possibilitar aquele alargamento do horário, mas têm que ter capacidade para trabalharem em conjunto para encontrar a solução. Garantiu, de seguida, que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo terá capacidade para disponibilizar análises clínicas sempre que aquela consulta aberta e a resposta de

cuidados de saúde primários em Cantanhede estiver aberta, o que vai facilitar a capacidade de ação dos médicos de família, mesmo ao fim de semana e o desenvolvimento do Hospital de Dia vai permitir responder, por referenciação dos médicos de família, a doentes que, em muitos casos, não têm capacidade e resolutividade e poderão ser encaminhados para aqueles Hospitais Dia, e, por outro lado, encontrar outras soluções que venham a ser desenhadas em conjunto. Deu de seguinte, nota que, um dos problemas existentes em Coimbra e que não querem que exista é o problema da contratação de prestadores de serviço, quer na urgência dos Hospitais da Universidade de Coimbra, quer na urgência geral do Hospital, conhecido por Hospital dos Covões, onde existem prestadores de serviços que, de um dia para o outro, faltam e que na prática deixam de ter resposta em muitas situações. Referiu ser evidente que, numa urgência polivalente como a dos Hospitais da Universidade de Coimbra, essa falta de um prestador de serviços é colmatada porque os outros profissionais que estão no quadro resolvem o problema, cobrindo essa falta, mas numa consulta aberta em qualquer local da Unidade Local de Saúde de Coimbra, isso não acontece, sendo indesejável uma resposta pouco qualificada e instável, quando a resposta pode ser dada pelos médicos que conhecem os doentes e conhecem a população, os médicos de família.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, começando por a agradecer toda a postura que o Prof. Alexandre teve ao longo do processo. Referiu, de seguida que, como passa a ser Presidente da ULS a partir de 1 de janeiro, no momento não pode ter interferência na gestão dos médicos de família, e continuando com o impasse relativamente à impossibilidade de os médicos pretenderem fazer o alargamento, é necessária alguma decisão por parte da tutela. Referiu ainda que, no Protocolo anterior, a consulta aberta era garantida pelos médicos dos centros de

saúde, mas a realidade no concelho não era essa, eram só os médicos dos centros de saúde é que estavam a fazer essa cobertura, no próprio horário, ficando desertificadas a extensão ou a unidade de saúde onde estavam, porque tinham de fazer a consulta aberta. Agora, o que se pretende é que os médicos continuem a garantir o horário da sua unidade e façam horas extraordinárias, ao fim de semana, aos feriados e também no complemento entre as 18h00 e as 22h00, não havendo, no momento, entendimento ao nível do ACES, dos Médicos, dos Enfermeiros e dos Assistentes Técnicos que estão nas unidades, de fazer a cobertura entre as 18h00 e as 22h00 durante a semana com o apoio dos MCDT do Hospital, ficando uma lacuna que, naturalmente, gostaria que fosse resolvida. Recordou que, conforme referiu, ainda não é da sua tutela, mas o ano está a terminar, com uma situação ainda instável politicamente, como todos sabem e a situação urge no concelho e gostaria de saber com o que é pode contar pelo que questionou se não poderia haver alguma diligência, nem que seja temporária, nem que seja com recurso a contratações de entidades privadas. Por ter sido, também, um assunto que foi discutido em reunião do Executivo, questionou se aquele serviço não poderia novamente decorrer fisicamente no Hospital, sobretudo nesta fase, para se poder fazer a cobertura durante a semana.---

----- Respondeu, o Sr. Professor Alexandre Carvalho, dizendo acreditar que a questão do alargamento do horário das 18h00/20h00 é resolúvel e que ainda existe boa vontade de todas as partes, nomeadamente, pela informação que detém dos médicos de família, para fazerem esse alargamento de horário nas unidades existentes, estando mais em causa o horário 20h00 / 22h00 que será uma questão de se perceber e analisar a procura e a necessidade desse horário.-----

----- Interveio a Sr.^a Joana Seabra, referindo que, não respondendo por todos os médicos, se estiverem todos os médicos de família, poderão, até pela Lei, encerrar às

20h00.-----
----- Interveio novamente o Sr. Prof. Alexandre Carvalho, informando que o alargamento 18h00/20h00 e a questão do apoio do MCDT até às 20h00 está assegurado e, evidentemente, também ao fim de semana no Centro de Saúde de Cantanhede. Recordou que não se devem cingir apenas a avaliação do que é a Unidade Local de Saúde, e tendo noção que a questão é politicamente relevante para todos os presentes, recordou o forte investimento no concelho de Cantanhede, que se aproxima bem dos 14.000.000,00€, com criação de mais postos de trabalho, porque, por exemplo, só a unidade de internamento vai exigir a contratação de mais pessoas, serão atraídas mais pessoas para a medicina geral e familiar, mais médicos para o Município através das USF e a prioridade de qualificar os serviços na região, incluindo também a existência de um Hospital de Dia de proximidade e porventura também equipas de hospitalização domiciliária, sendo um investimento de grande feito no Concelho. Terminou a sua intervenção disponibilizando-se totalmente para trabalhar em conjunto para encontrar soluções conjuntas, para melhorar a saúde dos Municípios.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, finalizando o assunto e agradecendo mais uma vez em nome da Assembleia Municipal ao Professor Alexandre Carvalho pela sua presença. Referiu de seguida ser o desejo de todos, que não só o nível de investimento que se está a prever no futuro e que foi referido, como também da disponibilidade da parte do Sr. Presidente do Conselho de Administração que para o plano estratégico haja o envolvimento da autarquia pelo que faz votos, mais uma vez em nome da Assembleia Municipal, para que os resultados apareçam no próximo ano e o mais rapidamente possível de forma a poder contemplar a população do concelho e dos concelhos limítrofes de uma consulta não programada

de agudos que, obviamente, muito vai auxiliar a questão da sobrecarga que existe numa unidade altamente diferenciada, como são os serviços de urgência dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Concluído o assunto anterior, fez o ponto da situação sobre a questão da transmissão das sessões online, informando já existir um pronunciamento por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados, pelo que, brevemente, será convocada uma reunião com os membros da Assembleia Municipal que se disponibilizaram a fazer parte daquele grupo de trabalhos. Deu ainda nota que, relativamente aos pedidos de desagregação de Freguesias, que foram solicitados alguns dados novos, nomeadamente, a viabilidade económica ou financeira nos próximos 2 anos, os quais já foram fornecidos, para que o documento possa ser analisado. Acrescentou que, sendo um processo que está na Assembleia da República, demorará o seu tempo, devendo se aguardar, pacientemente, até que a Assembleia da República se pronuncie. -----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: *“O tema da Saúde, no concelho de Cantanhede, continua a ser um dos temas mais quentes política, e socialmente, falando. Tal deve-se ao facto de, como V. Ex^{as} bem sabem, não existir hoje uma resposta capaz para as necessidades dos utentes, cujo número poderá ascender, facilmente, às várias dezenas de milhar no concelho de Cantanhede e autarquias limítrofes. De realçar o facto de este tema ter ganho uma notoriedade ainda mais acentuada depois de se ter avançado para um processo de preparação para a, chamada à data, integração do HAJC e do Hospital Rovisco Pais na Tocha (também concelho de Cantanhede) no CHUC. Assim, apesar de ter consciência que V. Ex^{as} são detentores de ampla informação, passaremos a elencar alguns momentos deste processo que julgamos serem pertinentes e que não*

foram, na nossa perspetiva, devidamente valorizados. No passado dia 22 de dezembro de 2022 foi discutida na Assembleia da República uma petição cuja apresentação foi liderada pelo seu primeiro subscritor - o Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede, Dr. João Moura. A dita petição versava sobre um protocolo assinado entre o Município e a ARS Centro e que de uma forma unilateral deixou de ser cumprido pela ARS Centro. Como para nós este é um tema suprapartidário, foi já em 2023, que encetámos (Comissão Política Concelhia de Cantanhede) as diligências que achámos adequadas para sensibilizarmos quem de direito para o tema. Destacamos a disponibilidade para “abraçar” esta causa por parte da Federação Distrital de Coimbra do PS, dos Deputados da Assembleia da República eleitos pelo PS pelo círculo de Coimbra. Neste particular, destacamos também missivas enviadas com conhecimento às mais altas cúpulas do PS, nomeadamente ao seu Secretário-geral Adjunto, Dr. João Torres e ao Sr. Ministro, Dr. Manuel Pizarro, para visitarem o Hospital Arcebispo João Crisóstomo em Cantanhede, convites esses que, certamente por constrangimentos de agenda não se concretizaram. No dia 18 de maio de 2023, na qualidade de primeiro subscritor, Sérgio Negrão liderou uma Comitiva à Assembleia da República para apresentar mais uma petição. Desta feita na “Defesa da Criação da Consulta não programada de tratamento a doentes agudos no Hospital Arcebispo João Crisóstomo em Cantanhede”. Nessa apresentação, fez questão de explicar aos senhores deputados presentes os argumentos que justificam a abertura dessa mesma Consulta, o que fez sustentando tal pretensão em dados concretos, e em documentos/estudos que defendem a mesma solução, tendo os mesmos resultados do labor, entre outros, de grupos de trabalho da ARS Centro, datados de 2017 e 2020, respetivamente. Idêntica posição, foi adotada, em sede desta Assembleia Municipal, em documento que defendia a criação da Consulta não

programada de tratamento a agudos no Hospital Arcebispo João Crisóstomo em Cantanhede, o qual foi aprovado por todas as forças políticas ali representadas - PSD, PS e CHEGA. O modelo que se prepara para ser implementado a nível nacional (ULS) será certamente o modelo que os especialistas identificaram como o mais adequado, mas mesmo assim, continuam a surgir dúvidas que continuam por esclarecer. Por exemplo como explicar que numa ULS com a dimensão da que vai ter a de Coimbra haja apenas um serviço de urgências polivalente de adultos altamente diferenciado que integra também uma urgência básica, localizada na cidade de Coimbra, e a única que serve o concelho de Cantanhede e os concelhos limítrofes, nomeadamente Mira, franjas do Concelho de Montemor e do Concelho da Mealhada. Se compararmos com outras ULS percebemos claramente que este é caso único no panorama nacional. Urge, descongestionar os serviços de urgência centrais, hoje sem capacidade de resposta, por força da ausência, a partir das 18 horas, de estruturas intermédias, que selecionem as verdadeiras urgências, e permitam um socorro primário e de pequena gravidade, que obste ao entupimento dos serviços centrais, por via de um serviço incapaz de drenar a afluência generalizada, por ausência de outro recurso. Com efeito, hoje a partir das 18 horas, e aos fins-de-semana, não existe qualquer sistema de triagem de doentes, que permita o acesso de efetivas urgências à única urgência polivalente e altamente diferenciada que existe no distrito de Coimbra, obrigando os utentes, sempre que estão em causa problemas de saúde, a deslocarem-se esta unidade central, ainda que as situações sejam de pequena gravidade. Os serviços locais têm de ser, por definição, os serviços com capacidade para ter a informação mais fidedigna e, por isso mesmo, ter a capacidade de encontrar as melhores soluções para o território em que estão inseridos e não o contrário para salvaguarda de expectativas que possam vir a não ser entendidas. Na perspetiva desta bancada,

julgamos que a solução a implementar não poderá continuar refém de interesses corporativistas em detrimento dos verdadeiros interesses da comunidade e do Concelho. A bancada do Partido Socialista de Cantanhede, nesta Assembleia Municipal, perante os sinais que temos vindo a perceber e que acreditamos tenham atualização positiva num futuro muito próximo, em termos de investimentos na saúde no concelho, nomeadamente ao nível do Plano Recuperação e Resiliência (PRR), julga que poderá ser pertinente o Município dar um sinal de positividade e de vontade de fazer parte da solução global na Saúde em Cantanhede. Esse sinal poderá ser dado através da assinatura do Auto de Transferência das Competências na área em causa. Esta posição não invalida que, perante o cenário que conhecemos, nomeadamente, o que está a ser preconizado como solução para o tratamento de casos de doença aguda no Concelho de Cantanhede, esta bancada considere como suficiente o que almejamos há tempo demais. Assim, salientamos que continuaremos a reivindicar soluções que respondam cabalmente aos cuidados de saúde proximidade e à resposta da doença aguda para o Concelho de Cantanhede. Iremos por isso, monitorizar a implementação da solução proposta pelo Ministério da Saúde/Direção Executiva SNS.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou subscrever, em grande parte, o que acabara de dizer o Sr. Abel Carapeto. Referiu terem sido elencadas preocupações que são por todos conhecidas e que ao longo dos tempos, têm-se vindo a identificar com posições claras tomadas pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pela Sr.ª Presidente da Câmara e pela bancada do PSD. Acrescentou que houve um tempo de tomar essas posições, houve um tempo de dizer que discordavam do modelo seguido, o qual acabou por vingar e ir para a

frente, pelo que considera que já não é altura de continuarem com a mesma discussão, mas de ter esperança que o novo modelo possa resultar e seja a solução para os problemas da saúde do País e do concelho. Acrescentou que devem acompanhar, dar sugestões de melhoria, e esperar, para bem dos cidadãos, quer a nível nacional, quer do Município, que aquele modelo resulte. Recordou que se vive um período pré-eleitoral, com a formação de um novo Governo, e não sabem o que vai acontecer, pelo que devem esperar serenamente, calmamente, que haja benefícios do modelo que acabou por ser imposto, e que está neste momento em vigor. Mudando de assunto, informou que, no dia 13 de dezembro, a Progresso e Vida da Tocha foi certificada pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens com o prestigiado Selo Protetor para 2024 e 2025, no Centro Cultural Convento de São José, no Município da Lagoa, Algarve, numa cerimónia nacional de entrega do Selo Protetor, onde a Creche e Jardim de Infância da Progresso e Vida da Tocha estiveram presentes para receber aquela prestigiada certificação. Relembrou que a cerimónia nacional de entrega daquele galardão no ano transato foi realizada no Município de Cantanhede, por ser o Município a nível nacional que tinha maior número de estabelecimentos de ensino certificados com aquele prestigiante prémio, facto que mostra bem a sensibilidade e preocupação do Município para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens. Felicitou, de seguida, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. Vice-Presidente e Vereador da Educação, Pedro Cardoso e a Sr.^a Vereadora Célia Simões, enquanto Presidente da CPCJ de Cantanhede, por aqueles excelentes resultados, bem como todos os estabelecimentos de ensino do Município que obtiveram aquela certificação. Referiu ainda que a Progresso e Vida sente-se muito orgulhosa de poder integrar aquele grupo porque a certificação com o Selo Protetor lhe confere um grande prestígio e,

em simultâneo, uma responsabilidade acrescida, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das crianças e jovens. Informou ainda que, dada a importância daquela distinção para a Instituição e para as autarquias locais, estiveram presentes na cerimónia o Sr. Vereador, Fernando Pais Alves, em representação do Município, o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. José Manuel Cruz, a representante da CPCJ, Sr.ª Icília Moço, o representante dos Compartes, Sr. Manuel Felício, o Presidente da Direção da Instituição, ele próprio e elementos da equipa responsável por aquele projeto. Referiu ainda que a instituição elaborou, em devido tempo, a sua candidatura ao Selo Protetor, tendo a mesma sido aprovada, o que mostra bem a intenção preventiva na prevenção e defesa dos direitos das crianças e jovens, bem como no desenvolvimento do trabalho em parceria, respondendo de modo positivo aos requisitos exigidos e assumindo um papel de reconhecido mérito na disseminação de boas práticas de promoção dos direitos humanos da criança, numa ótica inovadora e no desenvolvimento de uma cultura colaborativa e preventiva. Enquanto Presidente da Direção da Instituição, referiu que aquela importante certificação se enquadra na visão, na missão e nos valores que a mesma defende. Deixou, finalmente, uma palavra de agradecimento a toda a equipa que elaborou a candidatura, às educadoras Ana Verdade, Susana Mouriz e Raquel Silva, à responsável pela gestão de pessoal, Sr.ª Ana Maria e à técnica de Serviço Social Sr.ª Luísa Silva, bem como todo o apoio prestado pela CPCJ de Cantanhede, a todas as entidades parceiras que os acompanharam na receção daquele importante e distinto prémio e à Junta de Freguesia da Tocha por ter cedido o transporte. Finalizou referindo terem agora um desafiante plano de ação a cumprir e deixando um desafio no sentido de que, gradualmente, todos os estabelecimentos de ensino do Município, sejam incentivados a candidatar-se à certificação do Selo Protetor pela importância que aquela distinção

tem na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens do Município.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente ao processo de desagregação das Freguesias, informou que, também a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, na pessoa do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, já respondeu, remetendo também os documentos solicitados pela Assembleia da República, com conhecimento ao correio eletrónico do Município e que pretende também juntar ao processo da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou, relativamente ao tema da saúde, que subscreve as preocupações do Sr. Abel Carapeto e do Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, mas que é cético, face à panorâmica que foi dada junto de um seu familiar. Acredita que o modelo proposto não irá funcionar porque não vai impedir que as pessoas não tenham de se dirigir aos CHUC a Coimbra, depois chegam lá, é feita uma triagem e, as pessoas poderão vir a ser atendidas no prazo de 24 horas, não se sabendo onde, pelo que foi noticiado até nos meios de comunicação social. Lamentou assim que o PS não tenha pegado no modelo anterior porque, se o Hospital de Cantanhede, mesmo tendo algumas particularidades, que não seriam perfeitas, com a consulta aberta era funcional e respondia às exigências da população, nomeadamente em Cantanhede e nos concelhos limítrofes, deveria ser mantido. Mudando de assunto, deu conhecimento à Sr.^a Presidente da Câmara, que as expropriações da rotunda da Estrada Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha, ainda não foram iniciadas em outubro, conforme previsto, dado o contratempo com o ICNF e questionou sobre a resolução daquele diferendo. Informou ainda que, no

Parque Desportivo da Praia da Tocha, encontram-se fundidas as lâmpadas dos postes de iluminação do mesmo já há alguns meses, facto que tem provocado transtornos na atividade desportiva. Acrescentou que, pelas informações obtidas, as armaduras e as respetivas lâmpadas não serão as adequadas, pois as suas especificações técnicas são para aplicação em espaços fechados e não exteriores, algo que se tem de ter em conta, pois o salgado e o ambiente marítimo provocam uma elevada erosão. Questionou, por último, sobre o concurso a decorrer ou que iria decorrer, para a realização da repavimentação da estrada que parte da Igreja da Sanguinheira à rotunda da A17, uma vez que há algum descontentamento por parte da população.---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, focou-se em três assuntos: - Destacou a programação cultural da Câmara, no período que decorreu desde a última Assembleia Municipal, com um conjunto de iniciativas dignas de relevo, umas pelo seu dinamismo ou pelo seu carácter inovador, pelo menos no Município de Cantanhede, e outras porque sendo mais tradicionais sofreram um “*upgrade*”. Dessas iniciativas destacou: - A moda arte, um desfile de moda com outras manifestações culturais e artísticas associadas, que envolveu não só o apoio do Município, mas também os lojistas e os jovens criadores do Concelho; - O 1.º Festival de Teatro “Teatrola” que envolveu os Municípios de Cantanhede, Oliveira do Bairro e Mealhada, sendo uma iniciativa no âmbito do teatro infantil, para ajudar a estimular a participação artística das crianças; - A animação e a iluminação de Natal que ajudaram a animar um pouco o centro e o comércio tradicional; - O Festival de Folclore “Amizade”, porque o Folclore continua a ter grande expressão junto da população e envolveu quase todos os Grupos Folclóricos do Concelho; - O cinema, desde as iniciativas de cinema ao ar livre, passando pelas quartas-feiras clássicas e a promoção de alguns agentes do

concelho; - A literatura, com as tradicionais sessões de leitura na Biblioteca e as apresentações editoriais; - As exposições, passando pelo “Mais Mulher” no âmbito do PHOTOfest na Praça Marquês de Marialva, passando pela exposição na Biblioteca relativa ao Jornal Boa Nova e algumas outras que têm sido realizadas. Referiu tratar-se de um conjunto muito amplo de manifestações culturais, pelo que considera que os apoios do Município têm permitido aos agentes culturais, não só do concelho, mas também de fora, presentear os Municípios com as mais diversas formas de expressão. Relativamente aos processos de desagregação de freguesias, referindo que a Assembleia enquanto órgão não tinha conhecimento de nada, questionou o Sr. Presidente da Mesa, porque saíram notícias durante a semana que teriam sido validados 182 propostas de desagregação, das quais 140 foram pedidos mais elementos às Assembleias e das restantes não se sabe se foram aprovadas ou se foram reprovadas. Relativamente à questão da saúde, e também um pouco na sequência do que foi já dito por intervenções anteriores, referir partilhar parte das preocupações já demonstradas, e que tudo o que sejam soluções que permitam melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos do concelho será bem-vinda pela bancada do PSD. Referiu que, historicamente, a sua bancada tem defendido um conjunto de posições que vão naquele sentido, umas vezes só, outras com a companhia das demais bancadas pelo que, apesar de se terem trazidas algumas ideias que na sua génese, que parecem boas, partilhou algumas preocupações quanto à sua exequibilidade: - Relativamente à teleconsulta, a referenciação pela Linha Saúde24 tem algumas limitações, desde logo pelo nível de acessibilidade das populações mais idosas; - O histórico de incumprimento de acordos celebrados e das iniciativas propostas; - Existe um esgotamento e uma incapacidade crítica do SNS em termos de recursos materiais e humanos; - Cerca de 17/18% de utentes estão sem

médico de família pelo que será difícil implementar os processos; - Relativamente aos modelos, mantém-se a preocupação que historicamente têm tido e estranham que hoje o melhor modelo é um e, passados 6 meses, passa a ser outro; - Foi confessada a absoluta falência das políticas públicas em termos de saúde, porque quando se diz que um dos grandes problemas que Portugal tem é a enorme afluência de utentes às urgências numa proporção no mínimo 3 vezes superior à dos outros países, significa, primeiro, que não houve capacidade para inverter essa tendência pelos governos ao longo dos últimos anos, e, segundo, que há manifestamente dificuldades de acesso e uma assistência deficitária nos cuidados de saúde primários, que depois levam a uma sobrecarga. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, teceu alguns comentários acerca da saúde: - O modelo hoje apresentado e que vai ser implementado, deixa as pessoas desconfiadas e com dúvidas, porque ainda hoje saíram discussões e acusações entre os principais líderes partidários sobre a questão das ULS. Acrescentou constar que, com as 39 ULS que vão ser constituídas, vai aumentar bastante o número de cargos executivos em cerca de 300 pessoas, o que não abona a favor da imagem da saúde. Referiu que serão mais pessoas a ser empregadas, a reforçar estruturas em nome de uma melhor funcionalidade da saúde que é o que se espera. Acrescentou ainda que, se tal não acontecer, será mais do mesmo, as estruturas e os investimentos a engordarem, e os serviços continuarão a não melhorar, por isso os 13.000.000,00€ de investimento também já são uma prática a que se tem assistido, ficando desconfianças nas pessoas. Relativamente a “*com o profundo envolvimento dos autarcas*”, quanto sabe não se tem falado do envolvimento da autarquia de Cantanhede naquele modelo. Referiu ainda que, se verifica que no privado a

capacidade de resposta continua a aumentar e, no SNS agora vão deixar de ter pessoas em excesso nas urgências e vão descentralizar, o que parece não bater certo. Concluiu que todos ficam, mais uma vez, insatisfeitos e com uma grande apreensão sobre aquilo que aí vem. Mudando de assunto, referiu que: - Pelo 15.º ano consecutivo, o Município foi distinguido como autarquia familiarmente mais responsável, pelo reconhecimento das boas práticas e políticas amigas das famílias que tem vindo a desenvolver nos projetos de intervenção social orientados para as famílias, principalmente para as necessitadas economicamente e socialmente mais fragilizadas; - O Município de Cantanhede também foi distinguido como entidade empregadora inclusiva, a única autarquia da região de Coimbra reconhecida pela administração pública da prática de gestão aberta e inclusiva, desenvolvida pelo Município no acolhimento e integração de pessoas com deficiências ou incapacidades, designadamente no recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional, na manutenção e retoma do emprego e nas acessibilidades; - Referiu ainda o número crescente de Escolas do concelho de Cantanhede com a bandeira Eco Escolas, que, no próximo ano vão ser 17 Escolas inscritas naquele programa, sendo importante realçar o reconhecimento de todos os intervenientes pelo empenho, pelo trabalho e pela implementação das ações na defesa do ambiente e do desenvolvimento sustentável da comunidade escolar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual deu os parabéns ao Município porque, de forma articulada com os cuidados de saúde primários do concelho, consegue ver as necessidades físicas nas diferentes unidades, e consegue apresentar candidaturas para o PRR, cumprindo os prazos, o levou a que vá receber cerca de 1.809.000,00€ para a requalificação do Centro de Saúde de Cantanhede, e 698.000,00€ para a construção da sede da futura USF

Bairrada, nos Covões. Realçou ter conhecimento de vários Municípios que não souberam aproveitar aqueles prazos e aquelas candidaturas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, relativamente às atividades culturais que decorreram nos últimos tempos destacou o Rock OFF Cantanhede, evento de mostra de música moderna mais antigo do concelho e dos mais antigos do País e, agradecendo à Câmara pelo apoio, lamentou que a Sr.ª Presidente da Câmara ainda não tenha assistido ao mesmo, pois teriam todo o gosto em recebê-la na próxima edição que irá comemorar os seus 25 anos. Demonstrou, de seguida, uma preocupação perante o trânsito em frente à Escola Marquês de Marialva e à Escola Secundária pois há congestionamento constante diário, de manhã e no final do dia. Referiu tratar-se de uma questão cívica e uma grande falta de respeito porque as pessoas estacionam pelos passeios à espera dos filhos e só não entram na Escola porque tem os portões, sendo diariamente um constrangimento muito grande para quem por ali passa. Referiu ainda que outra questão que também preocupa a comunidade escolar, são os comportamentos pouco dignos em frente à escola pelo que questionou sobre o que tem sido feito, se estão a pensar fazer algo com a Escola Segura, que tem de estar em vigilância, mas que não tem visto ultimamente naquela zona. Finalmente, questionou sobre a previsão da abertura da ligação da estrada do Bairro Charles Cid à estrada de Outil e ainda sobre o processo das obras de remodelação da estrada de Lemedede para Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, deixou uma palavra de apreço à Câmara Municipal pelo apoio que deu, pelo segundo ano consecutivo, no dia 1 de outubro, para a realização do dia de “Cantanhede Unida pelo Coração”. Recordou que o projeto

começou em Coimbra, já há muitos anos, tendo sido o Município de Cantanhede o segundo Município a aderir àquele projeto. Assim, agradeceu ainda, para além do envolvimento da Câmara, às instituições de saúde do concelho, quer dos cuidados de saúde primários hospitalares, do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Hospital Rovisco Pais, que também estiveram envolvidos naquele projeto importantíssimo para a prevenção das doenças cardiovasculares. Referiu, de seguida, não ter percebido a intervenção do Sr. Ulisses Salvador quando disse que os utentes, de acordo com o que está preconizado, vão andar de um lado para o outro no sistema de saúde porque o que ouviu na comunicação social e do que leu, na verdade, os doentes quando chegam à urgência serão triados com o verde ou azul, podendo ser encaminhados para o seu médico de família ou para o seu Centro de Saúde, já com consulta agendada porque as agendas serão partilhadas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, a qual passou a responder às intervenções anteriores da seguinte forma:

- Relativamente à questão da saúde, referiu que a luta a que se propuseram em várias áreas tem sido proveitosa, porque têm conseguido alcançar alguns dos objetivos a que se propuseram. Recordou que já tinham feito o levantamento das verbas que dizem respeito às manutenções dos equipamentos e aos Assistentes Operacionais, aos arranjos exteriores, às manutenções, aos seguros e aos carros que irão ser entregues quando for assinada a transferência de competências. Referiu que estiveram sempre todos de acordo, mesmo com a situação relativa à consulta aberta, cuja criação esteve subjacente ao encerramento da urgência, como todos se recordam. Acrescentou ser evidente que todas as coisas são passíveis de mudança, sempre para melhor, sendo esse o objetivo, mas todos sabem que, ao nível nacional e de acordo com as várias reuniões onde participou, sobretudo da ANMP, existem

municípios que têm muitas dezenas, centenas e até milhares de munícipes sem médico de família. Acrescentou que, em Cantanhede, vendo no seu todo, a maior necessidade era de repor o apoio para os casos agudos, com a consulta aberta ou com uma urgência. Referiu também concordar que, realmente, há um grande afluxo à urgência por parte dos portugueses, mas toda a gente percebe que existe porque, muitas vezes, não têm a consulta na retaguarda em termos da USF. Acrescentou que, o que foi transmitido foi que há intenção de retomar todas as unidades USF, pelo que vai ser criada a USF Bairrada, que terá os polos de Covões, Sepins, Murtede e Ançã, com ligação à USF de Cantanhede, e que se irá chamar Terras de Cantanhede, uma vez que as outras já existiam. Acrescentou que a lógica será que essas USF's tenham o horário das 9h00 às 18h00, admitindo-se que a partir desse momento, o fluxo que havia para a consulta aberta já não se fará da mesma maneira, podendo baixar. Referiu que há que perceber que não é só a consulta normal que é necessária para o doente, pois há também os casos agudos e a proposta prevê que aquelas USF além de terem as marcações normais dos seus doentes poderem receber os casos agudos em complementaridade com os MCDT do Hospital, sendo algo positivo para o próprio doente. Referiu ainda que, caso uma pessoa que tenha alguma questão entre as 8h00 e as 10h00 da noite, foram pensadas duas situações, uma centralizada em Cantanhede com a rotatividade dos médicos através de trabalho extraordinário das 18h00 às 22h00, em Cantanhede com o Hospital a ter os MCDT abertos e a funcionar, mas também aos fins de semana das 10h00 às 20h00. Acrescentou que esses serviços ainda vão ser analisados, mas parece que os Médicos, os Enfermeiros e os Assistentes Técnicos estarão disponíveis para fazer o fim de semana e os feriados, naqueles moldes, e eventualmente, as próprias USF alargarem o seu horário até às 20h00. Acrescentou ainda que o que se pretende é que o modelo proposto vá ao

encontro das necessidades da população e que haja uma cobertura ideal dos serviços que a população necessita, que em vez de ter de ir para Coimbra ou para a Mealhada, possa ter no território esse acompanhamento. Relativamente à posição de desconfiança referiu que devem ser cautelosos, embora tenha gostado da postura do Presidente do Conselho de Administração dos CHUC, desde a primeira hora, nas reuniões onde esteve, pois demonstrou que estava com interesse em tentar arranjar uma solução. Recordou que o mesmo não poderá tomar posições até 31 de dezembro porque ainda não é o Presidente da ULS, não podendo, no momento, decidir situações relativas ao que ainda está na dependência da ARS/ACES pelo que, perante este impasse, terá novamente de contactar o Ministério da Saúde. Voltou a referir que se pretende que venha para o Concelho o que é necessário e tudo o que foi proposto relativamente ao Rovisco Pais e ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que lhe pareceu muito interessantes e que espera que cumpram. Informou ainda que, em reuniões da Comunidade Intermunicipal foi transmitido que os municípios que não assinassem as competências, não podiam aceder ao PRR para a requalificação dos Centros de Saúde. No entanto, mesmo sabendo disso, os Serviços continuaram a trabalhar, a Divisão de Estudos e Projetos fez os projetos para as requalificações de todos os locais que necessitavam de intervenção e foram submetidos, pretendendo-se também avançar com as requalificações de Tocha, Cadima, Ançã, Sepins e Murte de que representam pequenas reparações que são necessárias e com valores mais baixos. Relativamente às transferências de competências na área da saúde, informou que, os Vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara disseram que continuariam com a luta, mas que as competências poderiam ser assinadas, não sabendo se os restantes elementos daquela Bancada partilham da mesma intenção. No entanto, verificando que a questão das competências está muito ligada à questão

dos Centros de Saúde, o mesmo acontecia com a consulta aberta que seria diferente caso estivesse ligada a um Hospital. Admitiu que possa haver boa vontade e que se possa conseguir chegar àquele modelo, apesar de não ser o modelo anterior com a consulta aberta a funcionar fisicamente no Hospital. Recordou que já não se estava a cumprir o protocolo há muito tempo, já nem era até às 24h00, mas havia um compromisso que o doente, por exemplo, que não tivesse consulta em Cadima pudesse vir à consulta aberta porque em Cadima não tinha médico. Referiu ainda que, as pessoas terão a possibilidade no seu território de poder fazer essa consulta e ainda o médico aceder aos MCDT do hospital, apesar de fisicamente aquela consulta não funcionar na sede do Concelho, mas o acompanhamento do horário até às 24h00 não vai acontecer, devendo continuar a ser Coimbra a dar a solução ou não. Esclareceu que, daquilo que deduziu, pelo novo método se a pessoa tiver alguma questão, primeiro vai ao médico de família ou contacta o SNS 24 para saber se realmente pode ser medicado ou pode ser consultado através daquela via, ou se realmente é necessário ir para a urgência. Finalmente, referiu que o Município irá avançar com a questão das obras por ser algo importante para aquelas instalações e que, relativamente às transferências de competências, já se tratava de cuidar dos edifícios, de pagar aos Assistentes Operacionais pelo que devem ponderar se realmente o Município está ou não na altura de negociar ainda alguma coisa para chegar então a um acordo. Concluído o assunto da saúde: - Saudou a PROVIDA porque a parte das Escolas e da Ação Social que têm o Selo Protetor é algo que incentiva e que valoriza não só aquelas instituições, as suas Direções e os seus profissionais. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Ulisses, informou que, relativamente à questão da expropriação dos terrenos da variante da Tocha - Zona Industrial, para avançar para reunião de Câmara com essa decisão deve haver compensação de terrenos

senão o ICNF não deixa. Acrescentou que essa compensação foi articulada com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e com os Compartes que já reuniram em Assembleia e já enviaram a informação. Informou ainda que, o Urbanismo irá submeter o processo ao ICNF até ao final do ano, pelo que só depois da confirmação daquele Instituto se poderá levar à Câmara a questão do início das expropriações e da aquisição dos terrenos. Relativamente ao Parque Desportivo da Tocha, informou que os Serviços já estão a fazer a mudança das luzes, no entanto, não sabe qual a tipologia de luz que está a ser colocada. Relativamente à estrada da Sanguinheira, referiu não ter dito que estava em concurso, mas que estava programada. Relativamente às obras na estrada de Lemedo, informou que os trabalhos irão iniciar em janeiro porque a empresa está de férias, estando tudo pronto para avançar com o resto da obra que liga o resto da estrada que foi feita desde o Zambujal. Informou ainda existirem outras, que são situações muito complicadas em termos de trânsito e até de perigosidade, como a 335 até ao final do concelho, uma obra pesada financeiramente e que já tem concurso aprovado, que embora não leve alcatrão em todos os troços tem de haver concurso para a área da sinalização e das marcações. Informou assim que existem dois concursos em termos de sinalética e da parte das marcações no piso na horizontal, bem como na parte da sinalização vertical porque muitos sinais estão degradados, que espera que possam avançar no início do ano 2024. Relativamente ao facto de não ter ido ao ROCK OFF referiu ser uma falha, no entanto, apesar de não ser o seu género de música, informou que, se estiver presente e com saúde, faz questão de estar nos 25 anos do próximo ROCK OFF e, de preferência, com alcatrão no piso de Vila Nova de Outil. Relativamente à questão da Escola Segura informou que, quer o Sr. Vice-Presidente da Câmara, quer o Sr. Vereador que tem o pelouro trânsito irão analisar a situação que, naturalmente, é

delicada. Referiu que todos sabem que existe naquele local uma afluência excessiva de carros, com os autocarros da INOVA com tão poucas crianças apesar de alguns irem a pé, que são poucos, e então de bicicleta quase nada. Já relativamente à outra situação dos comportamentos solicitou ao Sr. Vice-Presidente para analisar o que é que está realmente a acontecer. Finalmente, relativamente à ligação de Charles Cid a Outil, informou existir uma questão que não tem a ver nem com alcatrão, nem com a parte dos passeios, mas com questões de águas pluviais que tem atrasado os trabalhos, mas toda a equipa tem todo o interesse em avançar com aquela obra, que, em termos de trânsito facilitaria imenso.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual dirigindo-se a Sr.ª Áurea Andrade informou estar em sintonia com a mesma, talvez não se tendo explicado da melhor forma.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual referiu que, do que percebeu das palavras da Sr.ª Presidente da Câmara, não existe qualquer garantia perante a negociação que está pendente de que a aceitação das transferências de competências seja deliberada na Câmara e venha a esta Assembleia Municipal antes do final do ano, porque o Sr. Primeiro-Ministro enunciou que apenas 8 Municípios do País não estavam em condições de aceitar as transferências de competência até ao final do ano, e Cantanhede não estava naquela lista. De seguida, questionou sobre a colaboração do Município nas candidaturas às obras dos Centros de Saúde, porque tem sido publicitado como uma dádiva do PRR a Cantanhede em que a única intervenção do Município, no fundo, foi definir prioridades.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que receberam a proposta que estiveram a analisar na Câmara, tendo sido depois confrontados no dia

seguinte pela posição dos Médicos, dos Enfermeiros e dos Assistentes Técnicos de não concordarem com o horário e que transmitiram esse facto à responsável do ACES, que por sua vez o transmitiu ao Presidente do Hospital que, neste momento, não pode decidir nada porque não é, para já, da sua competência. Acrescentou que o Ministério tem alguma urgência em que a decisão seja tomada até ao final do ano, pelo que vai transmitir ao adjunto do Sr. Ministro a situação atual e, se ele reformular a proposta da delegação de competências, naturalmente que o Município também estará disponível para a reanalisar. Acrescentou que, todas as áreas que foram faladas não estão na delegação de competências, sendo que quem tem de deliberar sobre elas é a Câmara, sem prejuízo de ser dado conhecimento à Assembleia, e caso nada aconteça até ao final do ano, poderão ser convocados o Sr. Presidente da Mesa e os líderes da bancada para uma reunião mais informal no sentido de transmitir o que se está a passar. Relativamente ao PRR, informou que a situação foi a que transmitiu e que, felizmente, lutaram e negociaram com o Ministério para conseguir que os projetos fossem inseridos na abertura do aviso do PRR. Acrescentou que foram todos feitos pelos Serviços, com exceção de algumas especialidades para as quais não existem técnicos. Acrescentou ainda que, com a grande quantidade de avisos de abertura que há no momento, devem estar sempre um passo à frente, senão não se consegue avançar. Informou ainda que, já existem projetos preparados desde 2019, porque começaram logo a fazer esse trabalho pelo que deixou um agradecimento enorme às equipas que têm estado muito empenhadas em perceber que é uma fase no País determinante para o desenvolvimento dos Municípios, com a possibilidade de aceder aos fundos comunitários e ao PRR, apesar de existirem grandes atrasos nos pagamentos relativos às candidaturas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Referindo que o **Ponto n.º 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Feira Gastronómica do Arroz do Baixo Mondego”, o Ponto n.º 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de alargamento do cemitério de Ourentã”, o Ponto n.º 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação do Estaleiro”, o Ponto n.º 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Realização de obras na Rua do Palhal e na Rua das Carvalhosas no Corticeiro de Cima, Frente Louro e Barata e Rua da Amizade em Vilamar”, o Ponto n.º 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento para 2024 do Subsídio atribuído à Freguesia de Febres para a Construção do “Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres” e o Ponto n.º 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / setembro a outubro 2023”, tratam de subsídios a atribuir às Juntas de Freguesia do Concelho, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que fossem apresentados em conjunto, sendo de seguida votados**

individualmente.-----

----- Interveio então a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que:

- O ponto n.º 2 refere-se a uma atribuição do subsídio à Freguesia de Ançã, pela realização da Feira Gastronómica do Arroz do Baixo Mondego, no valor de 450,00€; -
- O Ponto n.º 3, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, destinado a Obras de alargamento do cemitério de Ourentã, uma pequena intervenção após a aquisição dos terrenos que tem a ver com a regularização do terreno e o arranque de cepos e árvores existentes, com o custo de cerca de 1.119,00€, compartilhado a 30%, sendo o valor do subsídio de 335,79€; -
- O Ponto n.º 4, refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de São Caetano, destinado à requalificação do Estaleiro que teve um custo de 10.629,20€, sendo o subsídio no valor de 3.188,76€; -
- O Ponto n.º 5, refere-se à atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima para a realização de obras na Rua do Palhal e na Rua das Carvalhosas, no Corticeiro de Cima, Frente Louro e Barata e a Rua da Amizade, em Vilamar, relativo a alguns materiais que não existiam na Câmara e que foram comprados, sendo o valor do subsídio de 1.918,80€; -
- O Ponto n.º 6 refere-se a um diferimento para o ano 2024 do subsídio atribuído à Freguesia de Febres, destinado à construção do Museu de Ourivesaria Relojoaria de Febres. Esclareceu que, em 03/12/2019 foi deliberado a atribuição de um subsídio à Freguesia de Febres no valor de 284.605,62€ para a construção do Museu de Ourivesaria Relojoaria e que, no momento, existem pagamentos efetuados no valor de 68.114,70€, mas como houve um problema com o empreiteiro, não há necessidade do restante valor estar em orçamento, pelo que se propõe que transite para 2024 o valor de 216.132,92€; -
- O Ponto n.º 7 refere-se à atribuição de subsídios à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das

Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã, destinados ao funcionamento dos Postos de Enfermagem, no período de setembro a outubro 2023. Referiu que, apesar do Sr. Professor Alexandre Carvalho não ter mencionado este assunto, o mesmo já foi falado em reunião com o mesmo, que se mostrou disponível para analisar a situação, para poder ver como se pode continuar a ter essa parceria, com a preocupação do ato de enfermagem ser registado no circuito normal desse mesmo utente.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se ao **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Feira Gastronómica do Arroz do Baixo Mondego”**, o qual, foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de alargamento do cemitério de Ourentã”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação do Estaleiro”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Realização de obras na Rua do Palhal e na Rua das Carvalhosas no Corticeiro de Cima, Frente Louro e Barata e Rua da Amizade em**

Vilamar”, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de diferimento para 2024 do Subsídio atribuído à Freguesia de Febres para a Construção do “Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres”, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / setembro a outubro 2023”, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 8 – “Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2023 pela Câmara Municipal de Cantanhede”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no período de 07/06/2023 a 22/11/2023, a Câmara isentou taxas que totalizaram o valor de 29.199,14€, sendo que, até à data, no corrente ano, o valor total ascende a 52.759,55€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 8 – “Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2023 pela Câmara Municipal de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2024 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede para 2025-2028”**.....

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual fez um enquadramento à situação atual, referindo que os Municípios estão num período de dificuldade pelo contexto nacional e internacional. Afirmou que, sem qualquer dúvida, se os municípios não tivessem fundos comunitários, praticamente não faziam obra, bastando analisar as verbas necessárias em termos de novas competências e de responsabilidades. Afirmando que a equipa da Divisão Financeira está a funcionar muito bem, pois é muito segura e muito certa do que está a fazer, deu como exemplos o facto de estarem no orçamento inúmeras rubricas com apenas 1,00€ porque, como para ter despesa há que ter receita, não se coloca no orçamento uma receita antes de estarem as candidaturas aprovadas. Como exemplo referiu que, como todos já repararam, estão a ser montados os contentores para a obra da Escola Lima de faria, que esta no momento em orçamento na totalidade a expensas do Município e que vai, nesta fase, ultrapassar os 4.000.000,00 € e, com a segunda fase, somará mais de 7.000.000,00€, e está mapeada, não se podendo colocar estes valores em igualdade de circunstâncias no orçamento, pois não há garantia de que as obras que estão definidas e mapeadas avancem. Esclareceu que, no caso concreto, a obra está consignada e já está a avançar, mas corretamente, só deveria ser lançada em termos de receita a partir do momento em que há a assinatura da candidatura relativamente àquela obra. Referiu ainda que, outros aspetos que podia ter colocado na receita e que não colocou, é por exemplo o valor do ITI, todas as áreas em termos de investimento que o Município vai poder fazer, de verbas que as CCDR transferiram

para a CIM e que, na nova conjuntura do 2030, serão geridas pela Comunidade Intermunicipal. Acrescentou existir uma fórmula em que é aplicado um fundo de coesão, o número de habitantes e a área e, cada Município sabe o que vai receber, sendo que, Cantanhede com um peso de 7.46, irá receber nesse período 12.937.789,73€, dos ITI e ainda com projetos especiais em consórcio com a Figueira da Foz e Coimbra. Acrescentou que na CIM Região de Coimbra, só Coimbra e Figueira da Foz é que estão situados naquela área, tendo sido o Município de Cantanhede convidado para fazer parte de dois projetos: - Um que vai adicionar àquele valor de cerca de 13.000.000,00€ e que tem a ver com um projeto em que o líder é a Figueira da Foz, relacionado só com Municípios que tenham mar, estando a Figueira da Foz a liderar, com a participação de Cantanhede, Mira e Pombal, com um investimento na linha do mar, que será de 85% de um milhão de euros que irão receber, sendo um projeto pretendido para a Praia da Tocha; - Outro projeto que será liderado por Coimbra, na área do Desenvolvimento Económico, muito ligado às nossas Zonas Industriais, sendo o valor do investimento total para Cantanhede de 788.250,00€, recebendo o Município 85% daquele valor; - O projeto de habitação, seja habitação social, o 1º direito ou o arrendamento, de que já falou numa outra Assembleia, está a avançar e leva milhões de investimento. Relativamente a esta situação, informou que tirando um aspeto muito específico relativamente à parte da habitação em que se poderá receber do IHRU algum adiantamento, só num setor, em todos os outros o Município tem de avançar financeiramente e só depois é que recebe. Concluiu que, ao nível de tesouraria, não vai ser fácil gerir o dia a dia da Câmara, pelos compromissos enormes que pesam sobre o município, as festas que continuam, os investimentos de toda a ordem, em termos imateriais, mas tem de avançar com financiamento à cabeça, aguardando depois o pagamento. Informou ainda que, no dia

atual, 15 de dezembro, estão ainda por receber 1.300.000,00€ de obras candidatas, pelo que se o ano fechar sem os receber, que será dos compromissos assumidos com os empresários, para além de que, o Município só poderá ser ressarcido depois de comprovar os seus pagamentos. Relativamente ao orçamento hoje apresentado referiu não ser o que gostaria de apresentar, porque tem a certeza de que tudo vai avançar, mas não sabe a que ritmo porque o Município tem várias candidaturas ao PRR, sobretudo uma de requalificação urbana em Cantanhede, de obras que atingem na ordem dos seiscentos e tal mil euros, para três ruas dentro da cidade, que estão candidatas desde maio de 2022 e que até hoje não há qualquer informação apesar da insistência. Afirmou acreditar que, ao nível da Comunidade Intermunicipal, os avisos vão começar a sair relativamente aos 13.000.000,00€ que vão ter uma celebração diferente do PRR que está com muito mais atraso. Acrescentou que, relativamente a outra área, ainda está por terminar a EB 2,3 de Cantanhede, que não foi no PRR, pretendendo-se agora que o Ministério aceite a 3.ª fase da Escola Marquês de Marialva, porque falta a parte dos arranjos exteriores que não foram aceites, à época, e do pavilhão, para além da transferência de competências da EB 2,3 e secundária da Tocha e da EB 2,3 de Febres para requalificar, cujos projetos estão prontos para submeter. Depois são os Centros de Saúde que também são PRR e têm o mesmo procedimento, avançar a obra, pagar e só depois receber, não podendo descurar todas as outras obras que, não sendo PRR, estão naqueles 13.000.000,00€, mais os outros, num total de quase 15.000.000,00€ no 2030, que são a 85%, onde estão todas as Escolas e Jardins de Infância que já eram da competência do Município e também requalificações na área ambiental e de vária ordem, devendo haver uma segurança enorme ao nível da parte da Tesouraria, para não desequilibrar as contas do Município, o que vai ser muito difícil de acontecer, a menos que haja

alguma catástrofe, que espera que não aconteça. Passando, concretamente, aos dados do orçamento, num contexto macroeconómico, não esquecendo a questão da inflação, das taxas de juro, da situação política que pode vir a atrasar algumas situações, a situação Internacional dramática que traz consequências à economia nacional, informou que: - Existem compromissos assumidos nos últimos anos e que têm efeito sobre o ano que vai ser analisado; - Ao analisar as principais rubricas da despesa, comparando o nível das despesas com o pessoal de 2020 para 2024, verifica-se que passou para o dobro, não esquecendo que ainda não foi recebida a parte da saúde, apesar de existir um valor na receita que fala da saúde; - A aquisições de bens têm aumentado tal como as aquisições de serviços; - Os juros tiveram um aumento que se reflete no que foi pago, tendo alguma esperança que se possa vir a renegociar com os bancos; - Ao nível do endividamento municipal, existe uma grande segurança, com uma margem de mais de 22.000.000,00€, apesar de, com o novo orçamento de Estado, foi feita uma pressão por parte da Associação Nacional de Municípios, que aumentou para o dobro a possibilidade de poder ir à banca, por exemplo, em 2024 cerca de 9.000.000,00€ caso se entenda fazê-lo. Apresentando de seguida mais detalhadamente o orçamento, informou que: - É de 42.470.244,00€ com uma poupança corrente de mais de 4.000.000,00€ que pode financiar despesas de capital; - Aplicando a fórmula do cumprimento do princípio da regra de equilíbrio orçamental, verifica-se que cumpre perfeitamente o equilíbrio orçamental e ultrapassa os 3.500.000,00€; - Há um acréscimo de orçamento de cerca de 1.400.000,00€; - As receitas correntes que são provenientes da Administração Central, são de 15.800.000,00€, entre as quais o FEF, IRS e IVA no valor de 10.500.000,00€, as transferências de competências da Educação, no valor de 3.500.000,00€, da Saúde no valor de 400.000,00€ porque vão ter que ser implementadas no próximo ano e da

Ação Social, no valor de 200.000,00€; - Relativamente aos impostos diretos, IUC, IMT e Derrama, o valor de 10.400.000,00€ e rendimentos de propriedade, seja das concessões, dos Parques Eólicos, da EDP, o valor de 1.600.000,00€; - Algumas vendas de bens de investimento que podem acontecer ou podem não acontecer, embora ao nível das Zonas Industriais, com certeza que vão acontecer porque há muitas empresas interessadas e que pretendem instalar-se no Concelho; - Relativamente à venda de terrenos, poderão ponderar como um incentivo à questão da habitação, a venda de alguns terrenos do Município, existindo poucos lotes no setor sul da Praia da Tocha, dependendo da decisão dos Compartes e da Junta de Freguesia, embora propriedade do Município, mas também existem terrenos em Cantanhede, em Febres no Albucaz e em Ançã; - Relativamente à despesa corrente e como está repartida, verifica-se o peso do pessoal e das aquisições de bens e serviços, mas também o subsídio para a INOVA, os juros e outras despesas; - As componentes mais relevantes nas aquisição de bens e serviços, são as refeições escolares, com quase 900.000,00€, os combustíveis, os transportes, a eletricidade, a locação de bens, a energia consumida na iluminação pública, estudos, a água e o saneamento, a publicidade, as assistências técnicas, tudo o que no dia a dia do Município tem que continuar a existir, por muito que se tente poupar; - Na despesa de capital, referiu as aquisições de bens e serviços, os subsídios para as Freguesias e para as Associações, e os passivos financeiros relativamente aos empréstimos; - Analisando as Grandes Opções do Plano ao nível de funções, como é habitual, verifica-se que as funções sociais já estão quase a tocar os 60% em termos do valor total onde está o ensino, o ordenamento do território, a proteção do meio ambiente, a cultura, o desporto, as atividades cívicas e religiosas e as funções económicas, onde estão refletidas as rubricas respeitantes à agricultura, à indústria, à energia, aos

transportes ferroviários, aos mercados e feiras e ao turismo; - Relativamente às funções gerais para a Administração Geral e Proteção Civil e às outras funções que têm ligação à CIM e às Juntas de Freguesia, nomeadamente, material de transporte, informática, aquisições de edifícios e a faixa de gestão de combustível com um valor que está muitíssimo alto, porque se as árvores podem ter sido cortadas, as manutenções têm que continuar a ser feitas em propriedade privada de pessoas que deixaram de ter disponibilidade para ter naquela faixa aquilo que pretendiam ter; - Nas funções sociais, algumas já foram referidas como os transportes e as refeições, mas também a remodelação da Escola Lima de Faria e de outras que certamente irão avançar, a reabilitação do Centro de Alojamento de Emergência Social de Cantanhede, candidatura ao PRR que foi aprovada e que está ligada à Segurança Social, os incentivos à natalidade que estão a aumentar, e a habitação e a saúde. - Na parte das funções económicas, as aquisições de terrenos para as Zonas Industriais, os contratos/programa com o CNC, a iluminação pública, a execução de passeios, as águas pluviais, as sinalizações e a requalificação da rede viária, a requalificação urbana, a construção do Museu Mário Silva, as requalificações de linhas de águas do concelho, os projetos de dinamização cultural e desportivo e a construção do Centro Cívico de Ourentã; - Noutras funções, as transferências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, os contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia e outras transferências; - A apresentação de entidades que são participadas pelo Município, a INOVA, a BIOCANT e a ABAP e as que não têm sede em Cantanhede, como a AREAC, AIRC, a CIM, a ERSUC e as Águas Centro Litoral, com valores que, por investimentos deste ano, produzem efeitos noutros anos, consubstanciando compromissos plurianuais. - Candidaturas que estão a aguardar homologação, que ultrapassam os 20.000.000,00€, outras que já estão submetidas,

mas que não estão aprovadas e que não puderam ser colocadas no orçamento. Apresentou, de seguida alguns dados relativos às áreas da Cultura, da Educação, da Ação Social, do Desporto, do Turismo, das Obras Municipais e do Urbanismo: - Na Cultura, a gastronomia teve 25 eventos, pois quer as Associações, quer as Juntas de Freguesia, continuam a aumentar cada vez mais aquelas iniciativas, de gastronomia que envolvem também música, várias iniciativas da Cultura, umas já conhecidas, outras que vão surgir, como o 25 de Abril, em que os serviços já estão a trabalhar no sentido de serem comemorações com a dignidade que os 50 anos nos merecem; - Projetos apoiados em termos de execução, que estão diluídos em rubricas e outros apoios diversos; - Ao nível da Divisão de Comunicação, Imagem, Protocolo e Turismo, informou que relativamente a hotéis e empreendimentos turísticos no concelho, existem 2 hotéis, um parque campismo, um turismo em espaço rural e cada vez mais alojamentos locais, 55 restaurantes, animadores turísticos e 8 Agências de Viagens. Acrescentou que a equipa do turismo foi fortalecida e está com uma agressividade muito interessante em termos de atividades, sempre com ligação a quem solicita esse mesmo apoio, não só interno como externo, com as cidades geminadas ou com outros municípios que o solicitem. Referiu ainda tratar-se de atividades ao nível do turismo que estão muito direcionadas para a hotelaria, para a restauração e para a animação turística, com uma ligação muito forte com o Turismo de Portugal, e que gostaria que também fossem acompanhadas nas redes sociais, como os seminários ou as visitas. Acrescentou existirem muitas articulações, com a cultura e com a parte do Gabinete de Apoio ao Agricultor que têm tido atividades muito interessantes e com uma boa projeção ao nível da parte da analogia, pretendendo-se, cada vez mais, incrementar as rotas. Relativamente ao Gabinete de Apoio ao Agricultor, informou que, existem cada vez mais ligações a exposições, no sentido de os agricultores irem a Feiras

Nacionais; - Ao nível do desporto, informou que a atividade desportiva no concelho é excecional, mas não só na questão do futebol, porque existe muita diversidade em termos de atividade desportiva, prevendo-se apoios a algumas Associações e às Juntas de Freguesia pelo próprio serviço do desporto; - Ao nível de obras, também na área do desporto, algumas intervenções estão já pensadas e definidas, sendo uma pena que estas áreas não tenham fundos comunitários; - Ao nível da Ação Social e da Saúde, referiu que a habitação, seja na área social, seja no urbanismo, será um grande desafio porque existe uma procura muito grande, para além do aumento dos cabazes de Natal, do grande aumento do apoio do Banco de Recursos, a questão dos medicamentos, e todas as intervenções de que já falou anteriormente. Acrescentou que vários programas estão a ser dinamizados devido às transferências na área da Ação Social e que a área da Saúde será um desafio para o próximo ano; - Ao nível da Educação e da Juventude, referiu já ter falado de algumas obras, para além de outras requalificações ou beneficiações que irão submeter ao PRR. Acrescentou existirem muitos projetos em termos de educação que estão a decorrer e que irão decorrer, uns novos, outros que já existem, muito ligados à questão da juventude, que era algo que não existia; - Relativamente ao Departamento de Urbanismo, referiu os projetos que já existem, mas também a elaboração da Carta Municipal de Habitação, a da Reserva Ecológica e o Plano Municipal de Ação Climática, áreas que estão constantemente a ser trabalhadas, para além dos loteamentos, do projeto do 1.º Direito e da questão do arrendamento: - Referiu de seguida, algumas obras que estão a decorrer e vão transitar para o próximo ano da parte municipal, como a Construção do Parque Desportivo de Cantanhede, o Centro Cívico de Ourentã, a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, a Escola Lima de Faria, a conclusão das infraestruturas na Zona Industrial e a execução de passeios. Referiu também projetos que estão a ser feitos, como a

sinalização horizontal em várias estradas, o Centro de Alojamento de Emergência Social em Cantanhede, o arruamento do Centro Educativo de Ançã, o Auditório, o novo Cemitério, a EB1 de Murtede, o arranjo urbanístico do Largo da Capela da Cordinhã, o edifício de apoio ao Bar de São Mateus, a envolvente à Capela de Ourentã, a ligação de Ourentã às Sete Fontes, a ciclovia e o passeio de Ançã à Granja, a EB1 da Tocha, a Lima de Faria – 2.ª fase, a requalificação e modernização da Escola João Garcia Bacelar, os arruamentos das Zonas Industriais, a requalificação da Praia Fluvial das Sete Fontes, o Jardim da Junta de Freguesia de Murtede, o apoio a várias candidaturas da ADELO, implementadas pelas Juntas ou por Associações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual informou ter lido toda a documentação, verificando que, no que se refere ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental para 2024, existe cerca de 4.050.000,00€, valor que pressupõe que a autarquia dispõe de condições orçamentais favoráveis. Referiu de seguida que o Orçamento poderia ter sido um pouco mais ambicioso, que esperava que a estrada ER 335, a partir da rotunda da EN 109 até a zona Industrial da Tocha, estivesse contemplada nas Grandes Opções do Plano, mas não está e que também espera que o resultado económico da ABAP e da BIOCANT não fuja ao previsto no orçamento apresentado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual referiu ter verificado, ultimamente, que em toda a cidade há um contraste muito grande na iluminação noturna, não só agora na altura do Natal em que se nota muito mais, mas no geral, na cidade e no Parque Verde. Acrescentou que, durante a noite, o Parque Verde é uma zona muito escura, pelo que, questionou se está previsto lá colocar alguma iluminação.-----

----- Respondendo às intervenções anteriores, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que o orçamento apresentado não será o que vai ser feito em 2024, existindo muita ambição por isso deu todas as explicações anteriores. Esclareceu que não pôde colocar na receita todos os valores que mencionou, mas que teve de os partilhar para que todos percebessem o que está a acontecer, quer as dificuldades, quer as boas situações que podem vir a acontecer no concelho. Acrescentou que, se não acontecer nenhuma catástrofe e se as coisas fluírem como se pretendem, acredita que serão anos muito interessantes. Relativamente à questão do Parque Verde, referiu que a questão da luz já foi referida por várias vezes e está sinalizada, embora ainda não tenha o retorno dos serviços a dizer de que forma vai ser feito. Acrescentou haver quem ache que não deveria ter muita luz, porque poderia dar um ambiente mais romântico, mas não concorda porque há pessoas de uma determinada idade e até pessoas mais jovens que gostam de caminhar àquela hora.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de 2024 e Plano Orçamental Plurianual do Município de Cantanhede para 2025-2028”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, O Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros da Bancada do PSD do seguinte teor: *“A elaboração dos Documentos Provisoriais do município para 2024 e do Plano Orçamental Plurianual baseia-se numa complexa matriz de normativos legais e contabilísticos que revestem o trabalho técnico realizado de enorme importância, pelo que importa antes de mais realçar a competência e dedicação dos profissionais do município que estiveram envolvidos e da qualidade dos documentos apresentados. Por outro lado, o trabalho*

técnico tem subjacentes a opções políticas e uma contextualização social e económica. Relativamente a este último aspeto, tal como é enunciado, o que salta à vista é a volatilidade da situação Internacional com a consequente incerteza quanto à evolução da economia mundial, o que não facilita as leituras sobre o que devemos esperar do comportamento da economia portuguesa em 2024, que de resto será certamente também muito influenciada pela crise económica decorrente da demissão do Primeiro, da crise política, perdão, decorrente da demissão do Primeiro-Ministro e consequente dissolução da Assembleia da República. Neste âmbito relativamente aos documentos presentes em votação, deixam-se adicionalmente os seguintes comentários: destaca-se o ponto n.º 8 do relatório de acompanhamento da preparação do orçamento para o ano de 2024 do Revisor Oficial de Contas que especifica mesmo que “frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes”. Adianta acrescentando que “a atual conjuntura económica incorpora elementos de imprevisibilidade substancialmente complexos aos quais o instrumento de gestão previsional, objeto deste relatório, se encontra particularmente exposto, pelo que não é recomendável que todas as previsões assumam, pelo que é recomendável que todas as previsões assumem uma visão cautelosa e conservadora dos acontecimentos que lhe estão subjacentes”. Mesmo no momento de transição entre quadros comunitários de apoio, os documentos provisionais revelam a elevada capacidade do município em lançar candidaturas e executar projetos, verificando-se que o município tem 31 projetos objeto de participação financeira e que têm receita prevista em 2024, a maioria dos quais financiados pelo Portugal 2020. No seu total, estes projetos implicam investimentos superiores a 15.000.000,00€, dos quais ainda faltam arrecadar mais de

4.000.000,00€. Aos projetos já executados ou em fase final de execução, acrescem mais de 13 candidaturas já submetidas e que aguardam decisão de aprovação, quer no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, quer no âmbito do overbooking do atual Quadro Comunitário de Apoio. Estas candidaturas representam investimentos que podem ultrapassar os 20.000.000,00 de euros, com um financiamento expectável superior a 16.000.000,00€. O orçamento para 2024 ultrapassa os 42.400.000,00€, cerca de 1.400.000,00€s superior ao orçamento de 2023, acréscimo de 3,3%, aumento que reflete uma realidade condicionada por fatores que são transversais à generalidade do País. Na prática, este acréscimo orçamental não se traduz numa folga adicional, porque do lado da receita resulta sobretudo do aumento das verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização, que já inclui a verba correspondente à transferência na área da saúde, ainda não aceites, e do lado da despesa corresponde ao aumento das despesas com o pessoal por força da integração de trabalhadores e aumento do ordenado mínimo, entre outros fatores. A regra do equilíbrio orçamental, indicador de referência para aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, ascende a 3.500.000,00€, um pouco abaixo do valor de 2023, mas ainda assim cumprindo largamente com o estabelecido no artigo 40.º do RFALEI, que determina que a receita corrente bruta quebrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Uma conjugação multifatorial que envolve a incerteza e a instabilidade económica e política, recomendações de prudência exaradas pelo ROC, uma poupança corrente superior a 4.005.000,00 de euros, ainda assim um valor inferior à média dos últimos 4 anos, ao contrário do que o maior Partido da oposição exarou na sua Declaração de Voto da Câmara, e uma diminuição da receita municipal

prevista em impostos diretos, o que também se deve assinalar e destacar, esta diminuição dos impostos diretos, são aspetos que contribuem conjuntamente para a geração de um cenário com condições mais desfavoráveis e que dificulta a tomada de medidas que possam ter significativo impacto orçamental, seja na diminuição da receita ou no aumento da despesa. Neste âmbito entende-se que as soluções adotadas e as propostas apresentadas pelo executivo liderado por Helena Teodósio são sérias, credíveis e exequíveis, conseguindo potenciar recursos e fontes de financiamento disponíveis a favor de condições de vida dos cidadãos. É esta grande capacidade de gestão que tantas vezes permite, como diz o povo, “fazer omeletes sem ovos”. Identificar áreas funcionais ou geográficas que devem ser reforçadas, é fácil. Difícil será identificar aquelas que devam ser diminuídas para libertar as verbas necessárias às demais. Identificar obras prioritárias ou necessárias, é fácil. Difícil será identificar aquelas de que se deva abdicar para executar as outras. Propor simultaneamente o aumento dos apoios sociais, a diminuição de impostos e a execução de diversas obras, é fácil. Difícil será encontrar o equilíbrio e garantir o cumprimento dos preceitos legais. Citando novamente os adágios populares, já diz o ditado que, “quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem”. Pegando na questão das funções sociais atrás referidas, não pode deixar de destacar mais uma vez que as funções sociais vêm aumentando o seu valor absoluto e também a sua percentagem nas Grandes Opções do Plano, representando já 58% das mesmas, percentagem bem representativa do foco do executivo com educação, a saúde, a ação social, o ambiente, a cultura e outros aspetos que se inserem nesta área funcional. Pelo exposto, a bancada do PSD vota favoravelmente os documentos provisionais para 2024”.-----

----- Também o Sr. José Malta, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos

Membros da Bancada do PS do seguinte teor: “Declaração de voto. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 - deputados eleitos pelo Partido Socialista -

“Concordamos que a elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano na continuidade do já ocorrido em 2023, esteja a ser um exercício bastante difícil pela elevada incerteza e imprevisibilidade resultante da situação externa, em consequência de efeitos negativos que a guerra na Ucrânia e a guerra no Médio Oriente provocam na economia nacional, assim como noutros fatores internos que condicionam a atividade camarária, como será a circunstância de o município ver alargado o seu leque de competências transferidas da Administração Central, processo ainda não concluído, como de resto se constata pelo elevado aumento da despesa corrente, mas ao que corresponde também um aumento significativo das receitas correntes, sendo superior às despesas correntes em 4.050.523,00€, aguardando-se ainda a definição nos montantes que as autarquias virão a receber para exercer as competências transferidas na área da saúde. Atendendo a que o País está hoje a recuperar de uma forte crise económica ou financeira, fruto da pandemia, seguida da guerra na Ucrânia, as quais tiveram graves consequências no custo de vida, seja pelo lado do consumo, seja pelo lado dos cortes salariais ou diminuição dos rendimentos, é nosso entendimento que caberá também às autarquias em conjunto com as instituições sociais em colaboração com o Governo, ajudar os seus munícipes e as suas famílias, até porque são estas que são mais próximas e que estão mais próximas das populações. Da análise que fizemos ao documento, verificamos que no que se refere ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, para 2024 é apresentada uma poupança corrente de 4.050.523,00 euros, valor substancialmente superior aos 4 anos anteriores em que vigora o RFALEI, o qual resulta da diferença das receitas correntes para as despesas correntes no valor de 4.050.523,00€,

confirmando-se assim que a Câmara Municipal de Cantanhede dispõe de condições orçamentais bastante favoráveis, que solidariamente deveriam ir ao encontro das dificuldades dos munícipes, que de uma forma mais acentuada continuam a sentir e com a recente instabilidade e incerteza política, muito provavelmente irão agravar-se durante o ano de 2024, deveriam reduzir os seus impostos, IMI, IRS e Derrama. Surpreende-nos sobremaneira a não inclusão neste orçamento como uma Grande Opção do Plano a construção do troço em falta da estrada n.º ER 335/1, que como projetada há mais de 20 anos, ligará a Estrada Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha, obra esta que é altamente prioritária pelos grandes benefícios que permitirá ao desenvolvimento balnear da Praia da Tocha, da Zona Industrial da Tocha e de uma forma geral a todo o concelho, assim como em termos regionais e até nacionais. Continuamos a constatar que a Agricultura é cada vez mais um parente pobre. A dotação identificada no valor de 12.416,00€, significando 0,05% das Grandes Opções do Plano, contrasta com o facto de ser reconhecido como um setor bastante forte e importante para o concelho, que legitimamente carece de uma forte aposta de revitalização e reorganização. O mesmo se verifica ao nível do Turismo, apesar das condições existentes no concelho para que este setor, a exemplo do que acontece a nível nacional, seja determinante no desenvolvimento do território com uma dotação de 188.736,00€, 0,79% das Grandes Opções do Plano, fica claro e evidente que não se trata de uma prioridade neste documento. Para a consolidação de um processo de desenvolvimento económico e social do município, a execução do orçamento terá de ter em conta as condições de vida de todas as suas populações, não deixando a descoberto em favor da cidade as Freguesias com as suas sentidas carências. Os deputados da bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, perante o exposto e mantendo uma lógica de coerência em relação ao que foi assumido nos

Orçamentos e Grandes Opções do Plano de 2022 e 2023, tendo em conta que as observações feitas à data, genericamente continuam a não ser consideradas neste documento, irão votar contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024.”---

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2024”:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o mapa de pessoal apresentado para 2024 contempla 503 postos de trabalho ocupados por tempo indeterminado, 8 postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo, vulgo contratos a termo, 2 a termo resolutivo incerto, sendo que 189 postos de trabalho são ocupados pelos trabalhadores dos Agrupamentos de Escolas do concelho. Acrescentou, que contempla ainda 58 propostas de recrutamento a tempo indeterminado, 15 a ocupar pela mobilidade intercarreiras, trabalhadores que já existem e possam ser reclassificados. Referiu ainda que, no próprio mapa de pessoal, estão identificados os postos de trabalho da carreira geral de assistente operacional, onde os funcionários trabalham em condições de penosidade e insalubridade, nomeadamente, no cemitério, no canil e na equipa do asfaltamento das rodovias, porque realmente é penoso trabalhar naqueles locais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Malta, o qual questionou se, na coluna “Observações”, última coluna à direita do mapa, significa funções que o Município vai procurar preencher no próximo ano. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara que sim, porque por exemplo, entre o corrente ano e o próximo, a previsão de aposentados é de 50 e, além disso, pode haver aumento de crianças nas escolas, sem contar com o impacto que vai acontecer com a transferência de competências na área da Saúde.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação de competências para o ano de 2024 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, apesar do Município ter recebido as competências na área da educação, entende que há áreas que podem perfeitamente ser delegadas nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, estando em causa a transferência de uma verba para o Agrupamento Lima de Faria, no valor de 109.753,96€, outra para o Agrupamento Marquês de Marialva, no valor de 139.125,20€ e ainda outra para o Agrupamento Gândara Mar, no valor de 123.984,40€ para fazer face a situações sobre as quais solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, a explicar. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que os contratos já são sobejamente conhecidos, pois não são novos, e têm grande objetivo identificar as condições em que se efetuam e se asseguram o efetivo exercício das competências que foram delegadas nos Agrupamentos por parte do Município. Referiu, de seguida, que os órgãos dos Agrupamentos de Escolas do Município têm vindo a desenvolver aquelas competências de forma eficiente e com a qualidade da administração e de gestão reconhecida por toda a comunidade escolar e educativa, num processo construído em

conjunto, permanente e de atualização, de maneira a responder às suas efetivas necessidades, e de modo a aperfeiçoar mecanismos e procedimentos para assegurar aos Agrupamentos as condições para uma boa gestão. Acrescentou que, essas competências, que têm contado com um trabalho extraordinário e colaborativo, são da área do funcionamento dos edifícios escolares e de apoios e complementos educativos e de recursos humanos. Acrescentou ainda que muitas das áreas já estão acauteladas por parte do Município, como a contratualização, sobretudo ao nível do funcionamento dos edifícios escolares, contudo, ainda por uma questão de rentabilização de recursos, algumas ainda estão da parte dos Agrupamentos, também com algumas especificidades, como por exemplo a questão do refeitório escolar, cuja ambição seria continuar a criar os refeitórios escolares em todos os Agrupamentos, até porque, nalguns Agrupamentos com as obras que estão a decorrer e noutros em que vão decorrer, tem que haver outro planeamento. Acrescentou que, relativamente à parte dos apoios e complementos educativos, há que transferir meios para assegurar: - A instrução e todas as condições para que os alunos do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário tenham acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da ação social escolar; - O funcionamento da escola a tempo inteiro; - O processo dos transportes escolares, com a utilização dos espaços escolares, com tudo aquilo que tem inerente; - Assegurar a remuneração de todo o pessoal não docente, com uma Delegação de Competências ao nível da gestão e da Direção dos Recursos Humanos, ao nível da Direção, com a aprovação do mapa de férias, registro da assiduidade, a própria avaliação, por considerar que, pela proximidade e pela importância e respeitando autonomia de cada um dos Agrupamentos e especificidades próprias, é a melhor maneira de gerir os recursos e um processo que vai sendo devidamente articulado, tentando responder às faltas e necessidades da

forma mais rápida possível, apesar dos municípios também terem entraves muito complexos no que diz respeito à contratação, mas têm sido dadas respostas bastante positivas. Informou, finalmente, que estes contratos dizem respeito ao ano de 2024, sendo uma parte do ano letivo 2023/2024 e outra do início do ano letivo 2024/2025, na lógica de um processo dinâmico em permanente monitorização, e, finalizando, que os pagamentos já não vão ser trimestrais, porque os Agrupamentos têm uma dupla tutela, porque as verbas vão ter que ir ao Governo para depois voltarem para o Ministério da Educação, o que é incompreensível e cria alguns constrangimentos, mas que já foi ultrapassado.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação de competências para o ano de 2024 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 12 – “Rescisão do Protocolo de Cedência e Utilização da EB1 da Camarneira celebrado entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Covões e Camarneira e o Clube Desportivo da Camarneira / Para conhecimento”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, em 09/05/2016 foi celebrado um protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Covões e Camarneira e o Clube Desportivo da Camarneira, para cedência e utilização da Escola do 1.º CEB da Camarneira, contudo, o clube que estava sediado naquela Escola terminou a sua atividade, tendo sido deliberado a rescisão daquele protocolo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 13 – “Procedimentos desenvolvidos no âmbito das alterações aos órgãos sociais da INOVA, para conhecimento / Apreciação, discussão e votação das alterações ao Estatuto Remuneratório dos Administradores da INOVA, E.M. – S.A.”;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual questionou se este Ponto não deveria ser subdividido em dois pontos, visto que uma parte é para conhecimento e a outra parte é para ser votada, porque uma coisa é a apresentação dos órgãos, que é para conhecimento, e outra coisa é a votação da alteração do estatuto remuneratório, sendo dois assuntos distintos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa referiu que, se está assim na agenda é porque houve concordância na preparação da mesma em relação àqueles assuntos, não fazendo questão de os separar. Questionou, de seguida a Sr.^a Presidente da Câmara sobre como foram presentes à reunião de Câmara.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, foi assim que foi à reunião de Câmara, porque a parte da constituição dos órgãos é para conhecimento, unicamente, mas tem de ser votada a questão remuneratória. Informou de seguida que, decorrendo de uma intenção do Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º Idalécio Oliveira que, por motivos pessoais que não necessita transmitir, pretendeu cessar as suas funções de Presidente do Conselho de Administração, houve necessidade de arranjar uma outra solução. Acrescentou que, com aquela intenção, o assunto foi muito ponderado, podendo ser colocado alguém de fora, que podia ser um gestor, mas cada vez mais a questão remuneratória tem um peso muito negativo, porque se ganha pouco, apesar de se pensar que as pessoas nestes lugares têm um alto ordenado, nada tendo a ver com o estatuto do gestor público. Referiu que, se o vencimento do Vogal da Administração indicado pelas

Câmaras para a nova ULS, que se for de Coimbra, será na ordem dos 85% do vencimento do Primeiro-Ministro, já o vencimento do Presidente do Conselho de Administração da INOVA não pode ultrapassar o vencimento de um Vereador, estando tabelado, não se podendo fazer nada. Referiu ainda que um Diretor da Câmara, que tem um lugar de chefia e que deveria ser um acréscimo à sua carreira, também está tabelado, existindo Diretores na Câmara que ganham mais na carreira de origem do que ganham como Diretores, porque a Lei assim o permite e podem optar por receber pela carreira de origem, continuando a serem diretores, mas na INOVA isso não pode acontecer, continuando mesmo com o desconto de 5% a afetar os seus ordenados. Assim, perante essas penalizações, as pessoas têm de pensar no seu futuro e na sua reforma. Relativamente à sua substituição, informou que havia várias alternativas, como ir buscar um gestor fora que ia ser muito difícil ou pensar em alguém da casa, mas, como está tudo tão bem organizado, a decisão foi tomada porque se está a desenvolver o plano estratégico para os próximos 20 anos. Acrescentou que estão a analisar e a reformular o Grupo Autárquico, com a INOVA, o BIOCANT e a ABAP, porque há coisas que acha que precisavam de ter um foco político, tendo sido nesse sentido que após reunirem, foi indicado o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, para aquela função. Referiu ser evidente que é uma carga pesada para todos, porque no momento, todos os Vereadores com pelouros têm muito que fazer e têm de ser muito bem organizados e terem um apoio muito bom, quer das chefias, quer dos funcionários, mas a situação terá eventualmente que ser repensada. Referiu ainda que, no caso e por diversas razões, não conseguiria assumir o cargo porque também está sobrecarregada nas suas funções, apesar de já ter sido administradora da INOVA, sem funções executivas, pelo que entendeu que o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso o poderia fazer, por diversas

razões, pela sua formação em Biologia, porque a INOVA não é só a construção de condutas, estando também ligada à área ambiental e pelo seu conhecimento pormenorizado do Urbanismo. Informou ainda que passaria a Presidente da Assembleia da INOVA porque, cada vez mais, pretende fazer uma interligação o mais forte possível entre as obras da INOVA e as da Câmara, sendo a proposta para 2 anos, ou seja, até ao final do mandato, ficando o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso Presidente do Conselho de Administração da INOVA, sem remuneração por não poder acumular, o Sr. Pedro Castro como Administrador com funções executivas e a Sr.ª Paula Videira como Administradora com a remuneração pela função que detêm na INOVA. Finalmente, informou que, a decisão foi aquela e a proposta do vencimento que tem que ser votado é de 2.864,00€, com a redução dos 5% que ainda o afeta, passando a 2.720,80€ mais 572,80€ de despesas de representação, sendo o resto igual à função pública, com o 13.º mês, o subsídio de férias e o subsídio de almoço igual ao da função pública. -----

----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, referindo que a saída inesperada do Sr. Idalécio Oliveira foi uma surpresa. Demonstrou, de seguida, o seu reconhecimento pelo trabalho que teve ao longo dos últimos anos, de grande sacrifício e de muito empenho em prol do bem precioso que é a água. Demonstrou ainda, ter uma grande preocupação pelo Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, que tem pena que não esteja presente, porque, apesar de ter uma grande consideração pelo mesmo, de lhe reconhecer uma grande capacidade de trabalho, com funções muito grandes na Câmara Municipal, para além de ser o Presidente da ABAP, mais uma função que lhe retira muito tempo, assume agora a pasta da Presidência do Conselho de Administração da INOVA, que não é uma empresa qualquer. Acrescentou presumir que, durante muitos anos, talvez desde a sua Fundação em 2002, sempre houve um

Presidente executivo a tempo inteiro, a gerir diariamente as preocupações, a encontrar soluções para os problemas que são muitos, pelo que fica preocupado em saber como o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso vai encontrar tempo para gerir a Câmara, a ABAP e a INOVA, não falando de todo o resto. Acrescentou ter percebido que o critério subjacente à escolha foi uma opção política e não técnica, mas não é pelo facto de ter sido professor de Biologia, que faz dele um gestor numa área tão específica, nomeadamente, as águas e o saneamento, porque senão, qualquer dia, por ser professor de Biologia também seria farmacêutico ou médico. Acrescentou ter de haver uma grande seriedade na questão e espera que a opção, que se percebeu nas palavras da Senhora Presidente que não foi a opção ideal, foi a opção possível de acordo com o contexto. Percebendo isso muito bem, afirmou esperar que daqui a um ano ou 2, ou até alguns meses, não estejam novamente a discutir o futuro Presidente do Conselho de Administração da INOVA, porque acha ser uma grande sobrecarga para o Sr. Vice-Presidente da Câmara, pois é humanamente impossível desempenhar com elevação todos os cargos para que foi eleito mais, sendo Vice-Presidente, por função, vai substituir a Sr.^a Presidente da Câmara na sua ausência, que, como todos sabem também é Vice-Presidente da CIM de Coimbra, ficando assim dois líderes da Câmara a meio tempo, sendo uma preocupação que assiste a todos. Colocou de seguida, algumas questões: - Quem irá substituir a Presidente da Câmara e o Vice-Presidente nas suas ausências? - O Sr. Vice-Presidente tem competências técnicas para ocupar aquela função? Voltou a referir ser uma preocupação que tem, e certamente se trata de uma preocupação extensível a muitos elementos da sua Bancada e da opinião pública. Transmitiu finalmente, que muita gente na rua, fala sobre estas questões, não sabendo se falam o que deviam falar, porque há pessoas que não têm coragem de o dizer, mas o assunto está a levantar algum burburinho na

comunidade e na opinião pública em Cantanhede, onde se levantam muitas questões pelo que há que haver algum critério na escolha das pessoas para os cargos que são de grande responsabilidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu que não iria defender o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, mas apenas referir que, após leitura/interpretação da legislação que dá suporte legal àquela nomeação sem remuneração atribuída com acumulação de funções, constatou da sua legalidade, nomeadamente através da Lei n.º 50/2012, no seu artigo n.º 1 que diz que *“é proibido o exercício simultâneo de funções, independentemente da sua natureza, nas entidades públicas participantes e de funções remuneradas, seja a que título for, em quaisquer empresas locais, com sede na circunscrição territorial das respetivas entidades públicas participantes, onde a circunscrição territorial da Associação de Municípios ou Área Metropolitana que aquelas integram consoante o que for mais abrangente”*, sendo que a remuneração, caso exista, será a correspondente ao Vereador a tempo inteiro da respetiva Câmara. Referiu ainda que a legalidade da nomeação está plasmada também na Lei n.º 52/2019, nomeadamente, no n.º 2, alínea a) do artigo 6.º que diz que *“o exercício de funções em regime de exclusividade, é incompatível com quaisquer funções profissionais remuneradas ou não, bem como a integração em Corpos Sociais de quaisquer pessoas coletivas de fins lucrativos, com exceção”*, sendo na exceção que o Sr. Vice-Presidente está encaixado porque refere ainda *“das funções ou atividades derivadas do cargo e estas são exercidas por inerência”*. Concluiu assim que, tudo o que ocorreu com a nomeação do Sr. Vice-Presidente está previsto em Lei, não havendo qualquer tipo de ilegalidade. Relativamente à componente da remuneração que está dividida naqueles cargos com um vencimento propriamente dito e um

suplemento de despesas de representação, questionou se o Sr. Pedro Castro e a Sr.^a Paula Videira recebem o suplemento de despesas de representação. Finalmente, procedeu à leitura de um pequeno texto, do seguinte teor: *“Desejo ao Dr. Pedro Cardoso, o maior sucesso nas suas novas funções, pois creio que tem as capacidades, virtudes, conhecimentos e experiência profissional que lhe permita levar a bom porto os vários desafios que tem pela frente, para que os nossos municípios continuem a acreditar na Administração da INOVA, que tão bons serviços têm prestado e que acredito irão continuar. Termino com os meus parabéns pessoais pela indigitação precisamente nas novas funções.”*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, antes de mais, referiu que a bancada do PSD quer demonstrar a sua concordância com o PS quando reconhece publicamente, em comunicado, que a função de Presidente do Conselho de Administração da INOVA é de fulcral importância política e técnica na prossecução dos objetivos da empresa. Reconhecendo e concordando com esta importância e, conseqüentemente, com o trabalho do seu Conselho de Administração no desenvolvimento das políticas da empresa e particularmente na gestão de recursos da água, um dos mais importantes do concelho, não podem deixar de registar que nem sempre a visão do PS foi uma visão romântica da INOVA. Recordou que, em 2002, quando a Empresa Municipal foi criada, o PS votou contra, pelo que, pelas suas opções, a Empresa Municipal não existiria e a sua atividade estaria hoje debaixo da alçada dos Vereadores, precisamente o que está a ser feito. Relativamente ao que foi aqui dito publicamente e aos comunicados que são públicos por parte do Partido Socialista, referiu que não conhecerem nenhuma parte específica do curriculum vitae de Pedro Cardoso que lhe garanta a existência de competências adequadas para as funções de Presidente do

Conselho de Administração, demonstra não só de alguma maneira um ataque pessoal ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, como nem sequer dá garantias de que existe um desconhecimento, porque o maior partido da oposição tinha obrigação de não criticar apenas por criticar e tinha obrigação de conhecer as competências de Pedro Cardoso, pelas quais ele foi eleito para sucessivos cargos, que incluem a Presidência da Freguesia de Ançã, Vereador da Câmara, Vice-Presidente da Câmara, além de muitos outros cargos desempenhados ao longo de anos, uns por inerência de funções, outros por nomeação e outros ainda por eleição. Acrescentou que as características de gestor não são abstratas, estão até definidas na Lei, nomeadamente que *“devem ser escolhidas pessoas com comprovada idoneidade, mérito profissional, competência e experiência de gestão, sentido de interesse público e habilitadas no mínimo por licenciatura”*, parecendo que estão a colocar em causa a idoneidade e o mérito profissional de Pedro Cardoso. Acrescentou ainda que, sendo a Sr.^a Áurea Andrade administradora do hospital, por esta ordem de ideias, sendo enfermeira, tem mérito profissional e sentido de interesse público, pelo que desvirtuar os cargos exercidos no resultado das eleições democráticas representam um profundo desrespeito, pelo menos uma profunda discordância com os cidadãos que reconheceram a Pedro Cardoso precisamente as características certas e as competências para executar a gestão política de diversas autarquias. Referiu ainda que foi também questionado pelo líder da bancada da oposição, se não existiriam gestores no país com competência para executar aquele cargo, admitindo que tem a ver com a área profissional de base e não propriamente com a experiência, porque para ser gestor em Portugal basta ter experiência de administração, de direção ou de gestão de instituições, sendo inquestionável que o Sr. Vice-Presidente a tem. Referiu ainda que, o Partido Socialista reconhece que a INOVA atingiu um patamar de excelência, que gere um recurso de

excelência, que é importante para o Concelho, mas como lá chegou, se nem o Eng.º Idalécio Oliveira, nem o Eng.º Alves eram gestores. Referiu ainda que o artigo 31.º da Lei n.º 50/2012, refere que *“a gestão de empresas locais deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes,”* estando totalmente de acordo com a decisão agora tomada, que, por sua vez, vai de encontro à Lei. A propósito de órgãos de gestão, recordou que, em tempos, a legislação foi diferente, mas à medida que a legislação sobre as Empresas Municipais foi apertando, a existência de apenas um Administrador executivo ou remunerado, é regra, sendo a existência de dois uma exceção e mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos, nomeadamente, requisitos económicos que se aplicam à INOVA. Acrescentou que, a própria Lei não determina, em momento algum, nem que tenha de haver dois Administradores remunerados, nem tão pouco, tendo que o haver que esse Administrador tenha de ser Presidente do Conselho de Administração, pelo que tem sido dito e anunciado, quer-lhe parecer que o próprio Partido Socialista desconhece um bocadinho a realidade do concelho onde está inserido. Acrescentou que tem sido mais ou menos reconhecido que o BIOCANT é um dos ex-libris promocionais do concelho de Cantanhede enquanto Centro e Parque de Biotecnologia, e enquanto uma das grandes opções políticas que foi tomada e implementada ao longo das últimas duas décadas, com uma estratégia que ao longo dos anos veio do Dr. Jorge Catarino, passou pelo Dr. João Moura e, mais tarde, pela atual Presidente da Câmara, tendo um Administrador executivo que não o Presidente do Conselho de Administração, que na maior parte dos casos era o Presidente ou Vice-Presidente da Câmara, precisamente na estratégia que aqui está em cima da mesa e que não só não é inovadora, como é uma prática com sucesso demonstrado no concelho de Cantanhede. A este propósito, além das questões que estão em cima

da mesa, há também que enquadrar as decisões que são tomadas no tempo, na forma e nos ciclos em que se inserem e tomar uma decisão no início de um ciclo autárquico é completamente diferente de tomar uma decisão a mais de meio do mesmo ciclo autárquico. Ainda a propósito de alguns argumentos que têm sido enunciados pelo Partido Socialista, uns aqui, outros nos comunicados que tem exarado, relativamente à questão financeira ou à questão da competência das substituições, afirmam que se podia estar tudo na pele do Dr. Pedro Cardoso, então andou-se a desperdiçar dinheiro em Administradores. Por último, não tendo muito a ver com a questão que está em cima da mesa, referiu estranhar os comunicados e contra comunicados que têm sido exarados pelo Partido Socialista que se revoltou contra a imprensa e contra os comentários de alguns dos deputados da bancada do PSD, porque dizem que, quer o artigo que saiu na imprensa, quer os comentários dos deputados da bancada do PSD são manipuladores da opinião pública, o que é verdadeiramente constrangedor, uma vez que o artigo que criticam da imprensa foram eles que o publicaram. Por último, concluiu que a referência aos tachos e tachinhos num cargo não remunerado é verdadeiramente populista e próprio de outros partidos, mas que não esperava da bancada do PS. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, em defesa da honra da bancada do Partido Socialista, referiu gostar muito de ouvir o Sr. Carlos Fernandes e gostar muito as palavras que ele utiliza, mas não percebe a interpretação feita à sua intervenção. Frisou de seguida, para bem da verdade, que quando se referiu ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, reconheceu-lhe uma grande capacidade de trabalho, referiu que foi um bom Presidente de Junta e um bom Vice-Presidente, apenas duvidava que ele, humanamente, tivesse capacidade, para além dos conhecimentos técnicos para gerir a empresa INOVA,

porque é isso que está em causa. Acrescentou ser uma questão séria, não a estando a levantar só porque sim, mas porque ele é o Vice-Presidente da Câmara e é Presidente da ABAP, entre outros cargos e tem a certeza que alguma coisa vai ficar para trás, independentemente da capacidade técnica que tenha ou não tenha, porque tanto ele próprio como a bancada do PS continuam a achar que não é a solução que a INOVA precisa, depois de uma Presidência como a que teve e não sabem se ele será a pessoa indicada para gerir os interesses da Empresa Municipal. Finalizou a sua intervenção afirmando que o futuro o dirá, esperando que seja com resultados positivos e com sucesso, pois apenas pretendeu mostrar a preocupação da sua bancada.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, esclarecendo que não se referiu apenas ao que foi dito na sessão, mas também aos comunicados que são públicos do Partido Socialista e que dizem *“que não conhecem nenhuma parte específica do curriculum vitae do Dr. Pedro Cardoso, que garanta que tem as competências adequadas para a execução das funções de Presidente do Conselho de Administração, sendo que a função em causa é fulcral importância técnica e política”*, frase que põe em causa as competências técnicas e políticas e o currículo do Sr. Vice-Presidente para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da INOVA e não meramente num plano técnico.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual informou não ser Administradora do CHUC, mas sim vogal executiva com o cargo de Enfermeira Diretora, detendo vários cursos de gestão no seu currículo, o que é público. Referiu ainda não ter percebido se acabara de ouvir o Membro da Assembleia Municipal Carlos Fernandes ou o Administrador da ABAP.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente

da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que quando explicou inicialmente, disse que se fosse no início do mandato a apresentar uma nova Administração da INOVA, não seria nenhum elemento do Executivo que a iria presidir porque sabem realmente o trabalho que dá. Acrescentou que iria dizer a capacidade de trabalho que têm, mas porque, se calhar, pouca gente não sabe o que é tentar levantar às 6 da manhã ou deitar às tantas da noite para ter tudo acautelado, tendo em termos de equipas, tudo muito acertado, para dar a cobertura necessária, o que dá muito trabalho e é um peso acrescido para todos. Referiu ainda que já foi Vice-Presidente da Câmara, e sabe o que é, nas férias, ficar sozinha, mas têm de ter, para já, conhecimento do que fazem e acho que os quatro têm conhecimento daquilo que fazem. Relativamente à INOVA que tem as áreas da água, saneamento, limpeza urbana, EXPOFACIC, espaços verdes, ambiente, transportes, se calhar poder-se-ia pensar que não era um Engenheiro Civil que deveria estar, como sempre esteve, à frente do Conselho de Administração, porque a parte técnica existe na INOVA com engenheiros civis e com as pessoas que fazem aquelas áreas. Recordou que, na primeira Administração da INOVA, ficaram três Diretores da Câmara com funções executivas, o Eng.º António do Patrocínio Alves, que é Engenheiro Civil, o Dr. Serafim Pires, que é advogado e o Eng.º Idalécio Oliveira, que é Engenheiro Civil, nenhum era gestor. Seguidamente, a Lei mudou e o Eng.º Idalécio Oliveira deixou de ter funções executivas e passou a Diretor. Ela própria esteve lá sem funções executivas, esteve lá o Sr. Júlio de Oliveira, sem funções executivas, e no início do presente mandato estava o Eng.º Idalécio Oliveira e outra pessoa que era da área da gestão, depois houve mudanças durante o mandato, e neste momento existe um Administrador que é licenciado em Gestão, o Pedro Castro, existe a Paula Videira e o Eng.º Idalécio Oliveira, não tendo havido qualquer problema em termos de ligação ou de coordenação entre eles, tratando-se

a sua saída apenas de uma questão pessoal do próprio, que respeita. Acrescentou que, há pouco esteve presente o professor Alexandre Carvalho que conhece há pouco tempo, mas que admira, não tendo nada a ver com Partidos, que é o Presidente do Conselho de Administração do CHUC e que vai ser o Presidente de uma ULS, licenciado em Biologia e tem a certeza que vai responder bem, porque naturalmente, já tem experiência em termos de Administração e de Gestão. Acrescentou ainda que, se está a pedir um esforço porque, conforme já referiu, no momento com as transferências de competências, qualquer um dos quatro tem imenso trabalho e liderar não é mandar, mas saber criar equipas, as quais existem quer na Câmara, no BIOCANT ou na INOVA. Referiu que considera que, no momento, se devem fazer algumas alterações na INOVA e acreditar nas pessoas que estão presentes, tendo a certeza de que o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, vai dar conta do recado. Afirmou também acreditar que da parte dos funcionários da INOVA, a situação está a ser muito bem aceite, o diálogo voltou e há uma partilha muito grande em termos técnicos de responsáveis e de funcionários, pelo que, se não houver nenhuma catástrofe, alguma alteração, acredita que também irá contribuir. Voltou a referir que se está a meio do mandato, sendo muito complicado, no momento, nomear outro tipo de pessoa, com outro tipo de função, e apesar de entender que num Conselho de Administração devem existir outras pessoas que não propriamente da parte política, no momento, não havia alternativa em termos das opções que se poderiam colocar, porque não iria pôr em risco nenhuma situação de nenhum Departamento da Câmara, que neste momento estão a fluir muito bem. Voltou a dizer que acredita que realmente as coisas vão correr bem, a INOVA é uma entidade de referência, tem uma área alargada, que o trabalho não vai ser descurado seja num lado ou outro. Agradeceu finalmente a preocupação demonstrada e, referindo não ter o hábito de andar a ler nas redes

sociais, informou que houve situações que não apreciou propriamente, mas a parte política é o que é. Acrescentou que, por vezes, deveria haver uma certa contenção naquilo que se diz, mas acredita na escolha que fez, porque sabe a capacidade de trabalho que todos têm e, se for necessário diluir alguma área em termos de pelouros do Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, isso poderá ser feito.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, resumindo que, no caso concreto, foi uma escolha política que a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal levou a reunião do executivo, tendo sido indicado o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. Recordou que, no sistema judicial do país, os eleitos locais têm lugares executivos, porque quer o Presidente, quer os Vereadores que são eleitos acabam por ter pelouros executivos. Acrescentou que, existe uma panóplia enorme de formações de todas as pessoas que são eleitas pelo País, nos 308 municípios, e nas inúmeras freguesias, com uma diversificação enorme em relação às competências de cada um, mas que depois se complementam com as escolhas na atribuição dos lugares para a Vereação. Recordou, de seguida, o seu caso pessoal, de ter sido criticado quando abandonou a sua carreira universitária e abraçou a carreira política, no Município de Cantanhede, sua terra natal. As pessoas tinham todo o direito e toda a legitimidade de pôr em causa a sua competência, mas o povo escolheu e teve de fazer a sua aprendizagem no dia a dia. Acrescentou que o Município de Cantanhede é um Município exemplar no universo português, porque não há tachos nem tachinhos, como exemplo na criação da INOVA recordou que transitaram três Diretores de Departamentos Municipais para o seu Conselho de Administração, não houve *jobs for the boys*, e neste momento, pelas razões que foram invocadas pela Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente vai acumular aquelas funções. Acrescentou ainda que, o receio ou as preocupações do Sr. Abel Carapeto

são as suas preocupações e as preocupações de todos, mas há que dar um voto de confiança a essa pessoa que, apesar de no momento tem um conjunto de funções, decidiu abraçar aquele novo desafio. Referiu também que, do que conhece do Sr. Vice-Presidente, foi Presidente de Junta e foi Vereador durante 12 anos no seu mandato e, relativamente às suas capacidades de trabalho, não tem a mínima dúvida que saberá cumprir aquela missão, com a ajuda dos colegas da INOVA e da Sr.ª Presidente da Câmara. Considerou, finalmente, infundadas as críticas que lhe foram feitas, sendo que o seu currículo acaba por ser secundário, uma vez que é titular de um lugar político, mas que foi escolhido pelo povo, tendo toda a certeza que no final as coisas irão correr bem, e o executivo municipal liderado pela Senhora Presidente, tomará as melhores medidas, em cada momento para que a INOVA continue a ter o sucesso que tem tido até agora.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 – “Procedimentos desenvolvidos no âmbito das alterações aos órgãos sociais da INOVA, para conhecimento / apreciação, discussão e votação das alterações ao Estatuto Remuneratório dos Administradores da INOVA, E.M. – S.A.”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da atualização dos honorários do Revisor Oficial de Contas da INOVA, EM-S.A., reportados aos anos de 2022 e 2023, bem como a sua fixação para o ano de 2024”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que não tinha havido essa comunicação devendo ser feita a correção, concretamente 785,00€ mais IVA para o ano de 2023, e 810,91€ mais IVA para o ano de 2024 para o Revisor Oficial de Contas da INOVA.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da atualização dos honorários do Revisor Oficial de Contas da INOVA, EM-S.A., reportados aos anos de 2022 e 2023, bem como a sua fixação para o ano de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Considerando que o **Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Transportes Urbanos de Cantanhede”**, o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Limpeza urbana”** e o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”** dizem respeito à Empresa Municipal INOVA, o Sr. Presidente da Mesa solicitou que fossem apresentados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente aos contratos em causa, a parte dos transportes ainda vai sofrer alterações, porque a CIM vai ser a Entidade Gestora dos Transportes, mas por enquanto, a INOVA faz o transporte na cidade de Cantanhede, sendo o contrato programa de gestão para o ano 2024 no valor de 59.000,00€. Relativamente à questão da limpeza urbana, recordou que o

contrato se destina à limpeza e higiene pública urbana no domínio público municipal sendo a proposta no valor de 433.000,00€. Relativamente aos espaços verdes, recordou que grande parte passaram por competências para as Juntas de Freguesia, contudo, a INOVA tem toda a responsabilidade da cidade, da Praia da Tocha e das rotundas, sendo a proposta no valor de 605.000,00€, para uma área que equivale a 17,78 hectares de área ajardinada.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Transportes Urbanos de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Limpeza urbana”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2024 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da**

minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha, relativo à Praia da Tocha para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023”:-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o anterior protocolo tinha sido feito pelo valor de 10.130,00€/ano, no entanto, depois de uma análise técnica, verificou-se que o serviço efetuado pela Junta de Freguesia havia atingido 9.920,00€. Acrescentou que foi acertado entre a Junta de Freguesia e a parte técnica da Câmara, propondo-se assim a correção para 2023, é a projeção daquele valor para 2024 e 2025.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha, relativo à Praia da Tocha para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 19 – “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã, relativo à Praia Fluvial de Ançã para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de uma situação semelhante à anterior. Foi também feita uma análise com a parte técnica, verificando-se que para a realização dos trabalhos de limpeza, manutenção e conservação da Praia Fluvial de Ançã, o valor que era de 16.975,67€, passou para 18.513,17€, valor esse também a vigorar em 2024 e 2025. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 – “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã, relativo à Praia Fluvial de Ançã para 2024/2025 / Correção dos valores de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 20 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Anos de 2024/2025 / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o serviço em causa era feito pela INOVA mas a Junta de Freguesia demonstrou interesse em fazer, não só a limpeza como a também a manutenção do plano de água e também tudo o que vai ser acrescentado em todos os hectares que estão a sofrer intervenção de obra. Informou ainda que, depois de ser analisado pelos Serviços, o contrato terá um valor mensal de 5.833,94€ e vigorará até 31/12/2025, deixando a INOVA de fazer aquele serviço.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Anos de 2024/2025 / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a**

**celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho /
Requalificação Urbana 2024”;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, estes contratos veem na sequência da delegação de competências com as Juntas de Freguesia por se perceber que cada uma tem excelentes condições para desempenhar aquelas funções, necessitando, evidentemente, de ter as contrapartidas financeiras. Acrescentou que houve uma discussão de trabalho técnica com várias entidades, tendo sido elaborado um mapa que os Sr.s Presidentes de Junta já viram, entendendo-se que as verbas que recebem do Estado não chega para fazer aquele serviço, pois são diminutas. Acrescentou que o Contrato Interadministrativo se destina à requalificação urbana, num total de 500.000,00€, sendo 400.000,00€ para uma determinada função e 100.000,00€ destinados a materiais. Esclareceu que, não contempla o valor que foi retirado à Câmara pela DGAL, cerca de 230.000,00€, nem qualquer empreitada feita pela Câmara em território das freguesias, nem eventos culturais feitos pelas Juntas, nem Postos de Enfermagem, nem a questão dos Caminhos Vicinais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual agradeceu reconhecidamente, na pessoa da Sr.^a Presidente da Câmara, o esforço do executivo camarário para com a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça para o ano de 2024. Referiu que confere assim à Juntas de Freguesia uma autonomia para, em articulação com a Assembleia de Freguesia, terem a capacidade de poderem avançar com a concretização de iniciativas próprias, sempre acompanhados e tutelados pela orientação e o apoio técnico prestado pelo Município. Relativamente ao ponto

seguinte que é para conhecimento, referiu também que, as competências próprias que a Lei veio retribuir às Juntas de Freguesia, nomeadamente, na manutenção dos espaços verdes, é uma novidade que também traz o acompanhamento de perto e sistemático do Município, pelo que agradece a parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, que se traduz numa conferência de autonomia e de respeito pela Junta de Freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 22 – “Relatório / Acordo de Colaboração celebrado com as Freguesias do Concelho em 2023 / Espaços Verdes / Para conhecimento”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de um relatório feito pela Divisão de Gestão Florestal e Recursos Naturais que lhe parece ser importante, no qual foi analisado pelos serviços como decorreram os trabalhos efetuados pelas Juntas de Freguesia no âmbito dos Acordos de Colaboração celebrados no ano de 2023. Acrescentou que o relatório é exaustivo, com situações diversas em todas as Freguesias, como: - Situações de espaços como manutenção inexistente, espaços ao abandono, outros em mau estado de conservação, onde houve alguma intervenção, mas pontual; - Espaços com razoável estado de conservação, onde houve alguma manutenção, com infestantes, com pragas, com doenças ou deficiência hídrica; - Outros com bom estado de conservação, onde houve manutenções efetuadas

regularmente com plantas e em bom estado fitossanitário; - Outras em excelente estado de conservação, sem qualquer reparo, com as manutenções todas feitas atempadamente. Informou, de seguida que, no Contrato que no cordo de Colaboração proposto para o próximo ano, o valor que será dado não é um valor único para aquelas áreas porque vai haver uma tipologia de espaços que necessitam de coisas diferenciadas, por exemplo, alguns que têm cobertura de inertes com seixos, gravilha, rocha, carrasca, etc., não terão o mesmo tratamento dos que têm relva e flores, outros têm inertes com vegetação exigindo algum tratamento adicional ou ainda, outros com jardim vivo, espaços ajardinados com plantas e espécies herbáceas, e com sistema de rega, e até mesmo parques ou bosques que são espaços com dimensões significativas. Acrescentou que há muitas Freguesias com áreas bastante grandes, que têm algumas manchas com vegetação arbórea, nas quais os trabalhos incidem fundamentalmente ao nível da limpeza ou da remoção de algumas partes secas ou doentes, mas também há arborização urbana, um coberto vegetal de áreas urbanas plantadas em calçadas ou em arruamentos que fazem parte da arborização e não integram o sistema das áreas verdes. Concluiu que, cada Freguesia terá uma tipologia em termos de valor para o contrato que será deliberado no ponto seguinte.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 23 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para participação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes – 2024”;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que nos pressuposto do que acabou de informar e também com os novos critérios que também já foram falados, o contrato

que está para ser deliberado é um contrato adicional para a manutenção dos espaços verdes, de cerca de 230.000,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes – 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a Concessão da Exploração do Apoio de Praia Simples, na UB04, da Praia da Tocha”**;

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a abertura do procedimento em causa tem a ver com uma concessão que tinha decorrido ainda sob a supervisão da área pela APA, nomeadamente, o apoio de Praia Simples da UB04 da Praia da Tocha, aprovado no plano de praia do programa da orla costeira. Esclareceu, de seguida que, quem ganhou a concessão na altura, avançou com a construção do material para lá ser colocado e terá deixado passar o prazo, pelo que, no momento, com a alteração da autoridade, embora o Município esteja sempre dependente da APA, tem de proceder a uma nova abertura de procedimento para a construção do apoio de Praia simples. Informou de seguida que o custo da intervenção cifra um valor da ordem dos 100.000,00€ mais IVA, com concessão de um período de carência das rendas nos anos de 2024 a 2046, uma vez que será o concessionário que ganhar a concessão a proceder à construção daquela mesma instalação. Informou ainda que: - Será um apoio de Praia simples, com uma zona coberta com funções comerciais, para

comércio e armazém, serviços de utilidade pública como as instalações sanitárias, um posto de socorro, um armazém de apoio à praia, uma zona descoberta de esplanada e passadiços de acesso: - Apenas será efetuado um pagamento no ato da arrematação, quando for a hasta pública, voltando a haver pagamentos nos anos 2047 e 2048, dado o período de carência considerado; - Estima-se o valor total a pagar de 2.500,00€ mais IVA, correspondente à base de licitação da hasta pública; - Propõe-se que a hasta pública seja publicitada através de Edital e que o ato público decorra no dia 07/02/2024; - Na licitação, não serão admitidos lances inferiores a 500,00€; - 5% será pago no ato da arrematação da hasta pública, 50% até ao dia 15/08/2047 e 45% até o dia 15/08/2048.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a Concessão da Exploração do Apoio de Praia Simples, na UB04, da Praia da Tocha”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse a Sr.^a Vereadora, Célia Simões a apresentar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, o Regulamento em causa decorre da aceitação da transferência de competências na área da Ação Social, no dia 3 de abril do corrente ano. Acrescentou que o mesmo

esteve em consulta pública um mês, não tendo tido sugestões, foi de seguida aprovado em reunião de Câmara, pela Assembleia Municipal e foi publicado no Diário da República. Acrescentou ainda que, quando começaram a utilizar o Regulamento, notaram algumas incorreções na redação de alguns anexos, não os podendo deixar daquela forma. Como exemplo de incorreções referiu que, onde se lê “*por um período igual ou superior*” se deveria ler “*igual ao inferior*”, ou onde se lê “*artigo 2*” deveria ler-se “*artigo 3*”, tratando-se de pequenos erros, mas que podem dar azo a erros de interpretação graves no futuro, sendo necessário serem corrigidos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da composição do Júri do Procedimento Concursal para o cargo de dirigente / Chefe de Divisão Financeira”**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, para a abertura do concurso para Chefe de Divisão Financeira, a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos avançou para a Constituição do Júri, o qual, de acordo com a Lei, é designado por deliberação da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal, sendo o Presidente e os vogais designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos Recursos Humanos ou da Administração Local Autárquica. Informou, de seguida que se propõe, assim, a constituição do Júri da seguinte forma: Efetivos - Presidente do Júri, Professor Carlos Miguel Dias Barros,

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra; a Primeira Vogal, Dr.^a Cristina Carvalho Cera, Chefe de Divisão da Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Mortágua; o Segundo Vogal, Dr. Cristiano Correia de Santa Rita, Chefe da Divisão Financeira e Património Municipal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho; - Suplentes: o Primeiro Vogal, Dr. José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede; o Segundo Vogal, Dr. Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Cantanhede.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da composição do Júri do Procedimento Concursal para o cargo de dirigente / Chefe de Divisão Financeira”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Considerando que o **Ponto 27 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor António Poiães Baptista”** e o **Ponto 28 “Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Norberto Pessoa Silva Laranjeiro”** foram consensualizadas pelos líderes das Bancadas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre a necessidade de proceder à leitura dos mesmos e sugeriu que fossem seguidamente votados individualmente.-----

----- Respondeu o Sr. Carlos Fernandes que, atendendo ao adiantar da hora, dado que os Votos de Pesar em causa foram previamente articulados e subscritos pelas três Bancadas, tendo sido disponibilizada a todos os Membros da Assembleia, não ser necessário proceder à leitura das mesmas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação por

escrutínio secreto o **Ponto 27 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor António Poiares Baptista”, do seguinte teor:** *“No passado dia 11 de novembro, faleceu em Coimbra, aos 96 anos de idade, o Professor Catedrático Jubilado António Vasco Beltrão Poiares Baptista, um dos mais ilustres filhos do concelho de Cantanhede, mais concretamente da histórica vila de Ançã. Cidadão da mais elevada craveira profissional, ética e cívica que se distinguiu em vários domínios, quer pelo reconhecimento que alcançou enquanto médico e professor universitário, quer pelo entusiasmo com que abraçava as causas em que acreditava, quer ainda pelo exemplar dinamismo que sempre evidenciou nas atividades em que se envolveu no campo social, cultural e desportivo. Nascido a 20 setembro de 1927, António Vasco Beltrão Poiares Baptista era natural de Ançã, onde a sua família residia na casa senhorial da Quinta da Loureira, mandada construir no início do século XVIII pelos seus antepassados maternos, quando ali se instalaram vindos de Aguiar da Beira. As suas fortes ligações ao concelho de Cantanhede não se esgotam no ramo materno da família, dado que o seu bisavô paterno, o advogado António José da Silva Poiares, nascido no Bolho, foi uma das mais proeminentes personalidades do cantanhedenses na transição do Séc. XIX para o Séc. XX, tendo exercido vários anos os cargos de Presidente da Câmara de Cantanhede e de Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Poiares Baptista cedo deixou Ançã e rumou a Moçambique, em resultado da deslocação do seu pai para ali exercer medicina e, fruto disso, ali viria a iniciar o seu percurso escolar, nas localidades de Quelimane e Inhambane. Regressado a Portugal, viria a concluir o ensino liceal na cidade de Coimbra, onde também se viria a licenciar pela Faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra, em 1951, com 18 valores. Posteriormente, em 1956, tirou a especialidade em Dermatologia pela Faculdade de Medicina de Paris.*

Professor catedrático jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, António Poiares Baptista exerceu diversos cargos de relevo, tanto a nível docente, como a nível médico, com destaque para os de Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1990 – 1994), Presidente da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra (de 1982 a 1990) e diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra (de 1974 a 1978). Desempenhou diversos cargos na Ordem dos Médicos, onde estava inscrito, na Secção Regional do Centro, desde 10 de dezembro de 1951. Também era vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra e Membro da Academia Nacional de Medicina de França, da Academia Portuguesa de Medicina e da Real Academia de Medicina de Salamanca. Autor ou coautor de vários livros de Dermatologia e de mais de 300 artigos científicos publicados (em Portugal e no estrangeiro), também foi Cônsul Honorário de França em Coimbra entre 1975 e 1997. Entre as diversas distinções que recebeu, salienta-se Grande Oficial da Ordem de Santiago de Espada, Cavaleiro da Ordem Nacional de Mérito de França e Cavaleiro da Ordem Nacional do Leão do Senegal, além de inúmeros prémios e distinções sociais e profissionais, a nível concelhio, nacional e internacional. Além da intensa vida académica e profissional, destacou-se também no desporto, nas modalidades de voleibol e natação. Aos 91 anos foi considerado um dos quatro melhores nadadores do mundo na classe de masters. Perante a fatalidade do falecimento do Senhor Professor Doutor António Vasco Beltrão Poiares Baptista, a Assembleia Municipal, por proposta da bancada do PSD, aprova um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando para o efeito o notável prestígio que alcançou na sua carreira médica e académica, o incontestável mérito com que desempenhou em diversos cargos e a exemplar intervenção cívica, cultural e social que evidenciou ao

longo da sua vida a vários níveis, qualidades que explicam o amplo reconhecimento de que era alvo e que o tornaram uma referência incontornável do concelho de Cantanhede.”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação por escrutínio secreto o **Ponto 28 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Norberto Pessoa Silva Laranjeiro”**, do seguinte teor: *“Foi com enorme pesar que foi recebida a notícia do falecimento do Senhor Norberto Pessoa Silva Laranjeiro, que nos deixou no passado dia 3 de dezembro, aos 82 anos de idade. Para além do pesar pessoal e familiar que este triste acontecimento significou para todos aqueles que mais de perto com ele privavam, este falecimento constituiu também uma enorme perda para toda a comunidade em que inseria, pelo enorme e diversificado contributo que, ao longo de muitos anos, lhe dedicou. Esse contributo fica bem patente nos valores que defendeu e no legado que deixou, através de vários cargos cívicos, associativos e políticos que desempenhou ao longo do seu notável percurso de vida. Casado com Augusta Sagradas Bizarro da Silva Laranjeiro e pai de Carlos Nuno Bizarro e Silva Laranjeiro e Berta Cláudia Bizarro e Silva Laranjeiro, Norberto Pessoa Silva Laranjeiro nasceu a 18 de agosto de 1941, em Ançã, e desempenhou vários cargos políticos e associativos, sempre com assinalável espírito de missão pela valorização da sua terra. Foi presidente da Junta de Freguesia de Ançã em dois mandatos consecutivos (1990-1993 e 1994-1997), mandatos em que, como determina a Lei, por inerência de funções, fez também parte da Assembleia Municipal de Cantanhede. Foi ainda Presidente da Assembleia de Freguesia de Ançã em três mandatos intercalados, mais concretamente nos mandatos de 1986 a 1990, de 1998 a 2001 e de 2014 a 2017, eleições que revelam a estima e respeito que os seus concidadãos tinham por si e, reciprocamente, o interesse e*

dedicação que dedicava à sua freguesia. Também na freguesia de Ançã, teve também outras participações sociais dignas de registo, nomeadamente através do seu contributo na fase de construção do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã, instituição de que viria a ser Presidente da Direção no início de atividade daquela instituição. Na área desportiva, foi secretário e tesoureiro da Direção do Ançã Futebol Clube, a principal coletividade desportiva da Freguesia de Ançã. A nível cultural, também teve uma participação ímpar e diversificada, tanto enquanto dirigente, como maestro e corista. Foi destacado instrumentista na Banda Militar do Exército na Amadora e em Coimbra, nos anos 1962 a 1964, e foi pela sua profunda sensibilidade para a música que se tornou um proeminente agente cultural em vários movimentos associativos, muito particularmente na Phylarmónica Ançanense, cuja Direção presidiu durante 20 anos. Para assinalar o final do seu mandato, escreveu um livro de memórias sobre a história da coletividade, que coletivamente assume que a história de vida de Norberto Laranjeiro se confunde com a história recente daquela associação. Foi também Presidente da Assembleia Geral, Sócio Honorário e impulsionador da Federação de Filarmónicas do Distrito de Coimbra e dirigiu o Grupo Coral Nossa Senhora do Ó, desde a sua fundação em 2009. Norberto Laranjeiro, ensaiou e dirigiu o Coro Misto Aposenior, em colaboração com o Maestro titular Avelino Correia e foi corista em diversos outros coros, como o Coro Sinfónico Inês de Castro, o Coro D. Pedro de Cristo e o Coro APRe – Coro dos Aposentados, Pensionistas e Reformados. Perante a fatalidade do falecimento do Senhor Norberto Pessoa Silva Laranjeiro, a Assembleia Municipal aprova um sentido voto de sentido pesar à família e à comunidade que serviu, invocado para o efeito o seu meritório percurso de vida e o valor da sua intervenção cívica em benefício da Freguesia de

Ançã e do Concelho de Cantanhede.”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura desejou a todos um Feliz Natal e um Ano de 2024 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, sendo 19h20 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: